

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-4-2021.

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Claudio Janta, Fernanda Barth, Mauro Zacher e Moisés Barboza. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 018/21 (Processo nº 0368/21), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei do Legislativo nº 122/21 (Processo nº 0333/21), de autoria de Gilson Padeiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21 (Processo nº 0223/21), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 042/21 (Processo nº 0146/21), de autoria de Mauro Zacher; o Projeto de Lei do Legislativo nº 043/21 (Processo nº 0150/21), de autoria de Ramiro Rosário. Também, foi apregoado o Ofício nº 385/21, do Prefeito, solicitando a retirada do pedido de tramitação em regime de urgência para o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20). Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Cláudia Araújo e Claudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Fernanda Barth, Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim e Roberto Robaina. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Também, por solicitação de Cláudia Araújo, Márcio Bins Ely e Airto Ferronato, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Jaqueline Kolling Borges, a Osvaldo Petersen Filho e a Silvio Moreira Aquino. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Daiana Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Roberto Robaina e Mauro Pinheiro. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 090 e 063/21, este discutido por Leonel Radde; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 027, 052, 057 e 066/21. Também, Pedro Ruas, Roberto Robaina e Jonas Reis pronunciaram-se durante a Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e nove minutos às dezessete horas e trinta e nove minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em Votação, foi rejeitado o Requerimento nº 128/21 (Processo nº 0359/21), por treze votos SIM e dezesseis votos NÃO, após ser encaminhado à votação

por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Mari Pimentel e Comandante Nádia, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 126/21 (Processo nº 0349/21), por trinta votos SIM, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Fernanda Barth, Mônica Leal, Daiana Santos, Pedro Ruas, Moisés Barboza e Felipe Camozzato, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Votação, esteve o Requerimento nº 123/21 (Processo nº 0336/21), o qual, após ser encaminhado à votação por Reginete Bispo e Matheus Gomes, teve sua votação suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezoito horas e quarenta e um minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Alexandre Bobadra, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, vereadoras e todo público que nos assiste. São muitas as falas que eu trago aqui, e eu quero iniciar a fala de hoje pela educação infantil, porque é uma bandeira que eu venho trazendo, é uma luta muito grande. Desde o início da pandemia, em março do ano passado, quando tudo começou, eu acreditava que as escolas privadas de educação infantil não estavam tendo acolhimento, não estavam sendo assistidas pelo Município, ao contrário das escolas conveniadas de educação que tiveram apoio financeiro, e, nós mesmos, nesta Casa, aprovamos para que elas recebessem, tivessem a sua luz, a sua água, a sua folha de pagamento garantida para que essas escolas conveniadas não viessem a fechar. Inclusive tem um PL, se não me engano do Ver. Giovane Byl, que vai trazer novamente a questão dessa pauta que eu acho muito importante, porque eu acho que nós precisamos, sim, acolher as escolas de educação infantil, e eu venho lutando muito por isso, para que elas não ficassem fechadas desde o ano passado, pela preocupação que eu tenho em relação às crianças; crianças de zero a seis anos que ficam com os avós, que ficam com cuidadores informais, que não são legais e que não usam, muitas vezes, os protocolos necessários de higienização para cuidar dessas crianças.

Eu fiz várias *lives* antes, lá no início da pandemia, com infectologistas, inclusive com o Dr. Ricardo Zimmerman, e sempre se falou que as crianças até 6 anos não transmitiam o vírus, elas não eram transmissoras. Hoje nós estamos com uma nova cepa, mais agressiva, que está pegando jovens, mas a gente só vê poucas crianças, e normalmente crianças com algum tipo de comorbidade são as que têm problemas com a Covid.

Então eu acho desumano o que está acontecendo; a gente conseguiu a flexibilização agora, através da cogestão, para fazer a reabertura parcial de alguns comércios, com distanciamento, com horários especiais, o que eu acho que é extremamente importante, porque desde lá do início eu nunca achei que o comércio – o pequeno comércio – era o grande transmissor. Nós sabemos, e a gente já falou várias vezes aqui com relação a isso, que a grande transmissão acontece é pela falta de responsabilidade das pessoas, do povo como um todo, quando se aglomeram, quando se reúnem, quando vão para a praça achando que nada está acontecendo, muitas vezes compartilhando do mesmo chimarrão. Nas comunidades, o que a gente via muito, lá no início – hoje até utilizam as máscaras –, é que não usavam as máscaras. A gente chegava para entregar as quentinhas, para ajudar as comunidades, e essas pessoas não utilizavam máscaras, não mantinham distanciamento. Hoje, infelizmente, o vírus chegou nas comunidades mais carentes e está infectando as pessoas, através dessa nova cepa, de forma muito cruel.

Mas voltando à questão da educação infantil, nós temos hoje uma liminar que proíbe o retorno das aulas da educação infantil e do 1º e 2º anos, que são quem alfabetiza. Isso traz um prejuízo muito grande para a nossa educação. Aí vocês podem me dizer que eu tenho que pensar numa vida; eu sou uma das pessoas que mais pensa na vida, porque eu já perdi muitos amigos, assim como vocês, pessoas queridas, pessoas que fazem parte da nossa história, que fazem parte do nosso dia a dia, ninguém quer

perder ninguém, ninguém quer perder amigos, ninguém quer perder professores, ninguém quer perder crianças. Mas a fala faz com que essas escolas permaneçam fechadas, essa liminar também, o governo do Estado entrou agora com pedido, junto ao STF, para que autorize o retorno das aulas, isso é muito importante, me preocupa muito essas crianças não terem onde ficar, não terem com quem ficar, porque esses pais seguem trabalhando. Há muitos pais da área da segurança, da área da saúde que nunca pararam e que precisam trabalhar. Essa preocupação ainda é maior porque o nosso Município não tem condições de absorver todas essas crianças – já comprava vagas nas escolas de educação infantil privada. Hoje essas escolas estão fechando as portas, nunca mais vão abrir. Esses proprietários de escolas vão ter que trocar de ramo, vão ter que tentar talvez abrir um restaurante, um bar, porque esses. Agora, com a flexibilização, estão podendo abrir. As escolas são as únicas, da educação infantil, que não puderam ter flexibilidade. A princípio, pelo que eu fiquei sabendo, com índice de ocupação dos leitos abaixo de 95%, poderia estar mais flexibilizado, inclusive a educação. Quanto foi feito o levantamento das bandeiras pelo Estado, nós estávamos 95,6%, ou seja, manter as escolas fechadas por mais tempo, por causa de menos de 1% de ocupação? Nós sabemos que nós chegamos a cento e trinta e pouco por cento de ocupação de UTIs, é, no mínimo, um desrespeito com a educação. A educação é o básico, é necessária, é importante, e nós sabemos disso. Com a cogestão, com a bandeira vermelha, poderíamos flexibilizar, porque essa liminar é para bandeira preta. Se o nosso prefeito conseguir que nós estejamos, e conseguiu algumas flexibilizações... A nossa lei da essencialidade, que foi aprovada agora em dezembro, teria que estar ativa, teria que estar sendo respeitada; a nossa lei da essencialidade no Município – tem a lei que foi aprovada também no Estado – é sobre as escolas de educação infantil, não de primeiro e segundo ano, e para pais que estão em serviços essenciais. Essas escolas estariam abertas, podendo pagar os seus professores, porque os professores também estão precisando de ajuda. Nesta semana, uma professora da educação infantil me disse: “Vereadora, a minha diretora disse que eu não vou receber, só vou receber quando for repassada a verba do Município referente à compra de vaga” Isso é porque a escola não faturou, porque os pais não pagaram, porque os pais estão tendo que pagar outros locais informais para receber os seus filhos, porque precisam trabalhar, e não têm condições de pagar a escola. Ela perguntou: “Isso pode acontecer?” Eu disse: olha, se eu fosse diretora de escola e eu não tivesse recebido dos pais, eu também não pagaria os professores, porque ninguém faz milagre, não existe milagre, infelizmente. Quem dera todos pudessem ter seus salários respeitados, neste momento, mas como faz um diretor de escola para pagar o professor que não está indo trabalhar – e não é por interesse seu, não é porque gostaria disso –, e esta direção não está recebendo? Como se faz essa conta, como se chega a esse consenso? Os diretores me perguntam: “Cláudia, não tem o que fazer, ou eu trabalho na ilegalidade, como todos esses que cuidam, ou eu fico fechada sabe-se lá por quanto tempo, até que nós possamos ser vistos, já que nós somos legais, já que nós pagamos os nossos impostos, e nós damos postos de trabalho para os professores”. E aí, o que eu respondo? Como eu vou ser a favor da ilegalidade? Não posso, nós temos que combater essa ilegalidade. Mas quem dá oportunidade para essas

escolas poderem trabalhar? É injusto! É injusto que as escolas de educação infantil estejam fechadas neste momento. Professores sem receber, e isso é uma cadeia, a gente sabe, quando um não recebe... Aí entra a parte psicológica desses trabalhadores também, que não estão tendo condições de trabalhar. Nós sabemos que a vacina é extremamente importante e urgente, mas nós sabemos também que existem inúmeros grupos que precisam, que também estão na linha de frente e têm que ser vacinados, como o rodoviário; o pessoal da segurança, agora, graças a Deus, começou a ser vacinado, é extremamente importante, pois estão nas ruas fazendo a nossa defesa; os garis, como alguns vereadores fizeram a indicação; mas os professores da educação infantil precisam ser priorizados, porque essas crianças, de zero a seis anos, não têm com quem ficar. A gente sabe que tem um problema muito grave na educação, inclusive nas séries do ensino fundamental, no ensino médio, onde muitas das nossas crianças não têm acesso à internet e não estão acompanhando as aulas como deveriam, como poderiam, não estão se alimentando, porque as escolas não estão podendo oferecer a parte da alimentação, muitas delas. Mesmo que o governo disponibilize cestas básicas para algumas, não chega a todos, não chega a todos que precisam receber.

Aí a gente entra no tema da fome, nós sabemos, e eu como trabalhadora da área social, eu sei a importância de nós trazermos programas que minimizem a fome dessas pessoas neste momento. São milhares e milhares de pessoas passando fome, e isso é inadmissível nos dias de hoje. Também a gente pode entrar no tema da reciclagem. Nós tivemos uma reunião com a COSMAM, na semana passada, e uma pessoa veio me falar: “Vereadora, eu fiquei sabendo que o Fulaninho teve o seu carro apreendido, a sua Kombi velha, porque ele estava reciclando, ele estava retirando os resíduos sólidos daquele bairro e ele foi autuado. O que a gente pode fazer?” E aí eu chego e digo para vocês: de novo, a gente bate no tema da ilegalidade, de novo, a gente volta, assim como no tema das escolas, quando o diretor pergunta: “Não sei se trabalho na ilegalidade ou se eu fico fechada”, a gente fala da reciclagem. Nós temos hoje 19 unidades de triagem na nossa cidade que são legalizadas, cooperativas legalizadas, mas nós temos milhares de trabalhadores informais que a gente sabe que precisam e que dependem do lixo, do resíduo sólido arrecadado para se manter, mas quando a gente permite que esses trabalhadores retirem o lixo da nossa lixeira, retirem o resíduo sólido da nossa lixeira, são 60 a 70 famílias numa unidade de triagem sem a alimentação dos seus filhos, porque essas pessoas, esses trabalhadores vivem também da reciclagem, eles vivem de uma empresa que é legalizada pelo Município e que precisa receber os resíduos sólidos para poder receber o seu salário no final do mês, porque é por produção. Hoje as unidades de triagem estão com um déficit muito grande de recebimento de resíduos; por que isso está acontecendo? Porque nós temos hoje pessoas retirando o lixo antes de passar a coleta seletiva. Outra preocupação que nós temos: esses catadores, esses recicladores que retiram antes o lixo, eles escolhem aquilo que podem vender, aquilo que pode ser utilizado por eles, e descartam o que não pode ser utilizado por eles. Para onde vai? Para as esquinas? Para, quem sabe, depois um vereador ter que abrir um chamado no 156 para retirar de lá? Numa valeta? Num local inadequado? Então nós temos que ter muito cuidado, nós temos que desburocratizar,

dentro do nosso Município, e ajudá-los a se legalizar, que cada vez mais eles possam estar de forma legal, recolhendo o seu resíduo e mantendo também a sua família, a sua comunidade.

É um apelo que eu faço, para que nós possamos trabalhar nessa pauta, para que aqueles trabalhadores que precisam manter as suas famílias possam estar legalmente trabalhando, e não de forma ilegal, porque, se for de forma ilegal, sou a primeira a discordar que isso aconteça. Acho que a legalidade é importante e nós precisamos mantê-la como um todo.

Eu tenho um tema sobre medicamentos para falar, que eu acho extremamente importante, não sei se vou ter tempo para isso. Mais uma vez, o Judiciário intervém na gestão, uma gestão eleita, legal, responsável e de direito, fazendo com que os postos não possam ter as medicações necessárias para quem está sofrendo hoje com a Covid-19. Eu não sou a favor do precoce, mas eu sou a favor de que aqueles que recebem uma receita, entregue por um médico e que for constado, tenha a disponibilidade e tenha o direito a receber o medicamento disponível no posto de saúde. Para concluir, eu acho extremamente importante nós trabalharmos isso, eu ajudei muitas pessoas que trouxeram receitas e que não tinham como comprar suas medicações, poderiam ter morrido, e é inadmissível uma coisa que é gratuita, que o Ministério da Saúde disponibilizou, não ser disponibilizada para as pessoas mais carentes. Isso é lamentável, fica aqui o meu repúdio. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde colegas Vereadores, uma boa semana para todos; nós não poderíamos usar esse espaço aqui sem tocar no tema que está assustando todos nós, tirando o sono de todos nós, tirando a tranquilidade de todas as famílias, que já faz um ano que estamos convivendo com isso, está indo para um ano e meio que estamos convivendo, que é a questão da Covid. A Covid chegou, se tinha a expectativa em função de ver os países asiáticos, os países europeus, dando uma contenção e depois liberando, mas se mostrou um vírus nocivo, um vírus que não somente atinge a saúde das pessoas, um vírus que não somente leva a óbito – hoje estamos com milhares e milhares de pessoas morrendo em função desse vírus –, mas também destrói a economia, destrói os empregos, destrói o psicológico das pessoas.

Em função disso, nós apresentamos um projeto, em conjunto com a Ver.^a Tanise, de disponibilizar a todos esses profissionais da área da saúde, os profissionais, como se diz, da linha de frente, um atendimento psicológico, terapêutico, que ajude essas pessoas a enfrentar essa situação. A Cláudia encerrou o seu Grande Expediente falando na questão do tratamento precoce, eu volto a insistir o que eu tenho falado muito: quem decide é o paciente e o médico! Isso é como quando contratas um

engenheiro, um arquiteto, um eletricitista, um hidráulico, quando levas teu carro no mecânico ou quando contratas um advogado! Isso é confiança, é uma questão que só quem pode resolver é o médico e o seu paciente, se o paciente confia no médico, e o médico mandar ele tomar paracetamol, ele vai tomar paracetamol; se o paciente confia no médico, ele vai tomar ivermectina, tomar azitromicina. É uma questão de paciente e médico, uma questão que, se a pessoa confia, ela pode atender. Agora, tinha que haver essa confiança também na rede pública. Eu perguntei, por exemplo, ao Dr. Thiago, que foi um médico que eu consultei quando estava com Covid – o Dr. Thiago atende na rede pública –, e ele me recomendou tomar um remédio chamado Annita, tomar azitromicina, e eu cumpri a orientação dele – também vitamina C, zinco –, por confiar nele, e ele atende na rede pública. Nós estamos privando a pessoa mais humilde de ter esse medicamento, do médico poder receitar, ou então ela vai pegar e vai comprar numa farmácia, porque quem determina isso é o médico. Nós temos questões da Covid, mas nós estamos politizando muito a questão da Covid. Claro que nós queremos dar vacina para todo mundo, mas nós temos que parar de ser hipócritas: no meu entendimento, a vacina tinha que ser primeiro para aqueles que estão na linha de frente! Primeiro as pessoas que estão na linha de frente, primeiro para as pessoas que estão trabalhando na saúde, na segurança pública, na limpeza urbana, no transporte, no comércio essencial – farmácias e supermercados –, pessoas das funerárias; as primeiras vacinas tinham que ser para essas pessoas, independente de idade. Então nós temos que começar a questionar algumas coisas. É importante? Claro, eu, na semana que vem, já vou tomar vacina – semana que vem! Só que eu estou em casa, estou trabalhando *on-line*, saio de vez em quando, mas agora nós temos que botar o pessoal da educação, como pode um pai e uma mãe que trabalham no supermercado, na farmácia, na segurança pública, na saúde ir trabalhar e não ter uma escola para deixar seus filhos? Isso está acontecendo, as pessoas estão deixando os filhos com a avó, com a tia, com a vizinha, porque as escolas estão fechadas. Contamina? Tudo contamina! O sistema de transporte contamina, tudo contamina, pelo que a gente está vendo.

Acho que temos que ser mais propositivos, temos que nos desarmar, temos que abrir essa questão da Covid. Faço uma reflexão que eu fiz na Frente Parlamentar onde foi discutida a questão da educação infantil: imaginem uma mãe que tem que trabalhar e tem um filho autista; o que essa mãe vai fazer com seu filho, quem irá cuidar dessa criança? Se alguns pares não sabem, precisa de tratamento especial, precisa de acompanhamento, tem a sua rotina, mãe pode ter levado até dois anos para implementar a rotina dessa criança de ir para a escola, aí nós simplesmente suprimimos essa rotina. É importantíssimo nós discutirmos esses temas e outros temas da cidade: como a gente quer que a Prefeitura dê uma série de coisas, ajudas, que a Prefeitura dê um monte de coisas que nós estamos pedindo, como vacina para todo mundo, apoio econômico, uma série de coisas para as empresas e para as pessoas, se a fonte de receita é uma só? Nós não podemos nos furtar de discutir alguns temas que são importantes para a cidade de Porto Alegre, e dentre esses temas estão as reformas propostas pelo prefeito Sebastião Melo que eu acho que esta Casa deve discutir, dialogar com a cidade.

Queríamos usar este tempo para fazer essas reflexões e dizer a todos que nós temos que nos cuidar: use máscara, faça os procedimentos adotados e confie no seu médico, como você confia no seu advogado, como você confia no seu mecânico, como você confia em qualquer outro profissional que você procura. Confie no seu médico! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu gostaria de sugerir que fosse invertido o período de Pauta, porque nós temos dois projetos que estão na reunião conjunta de hoje, que estariam cumprindo a 2ª sessão de Pauta. Então a sugestão é que nós invertamos a Pauta para antes da Ordem do Dia e das Comunicações; aí cumprimos a Pauta e, em seguida, no momento em que decidirmos fazer a reunião conjunta, estaríamos em condições.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; vereadoras e vereadores, no dia de hoje, o jornal Zero Hora traz uma matéria impactante, trágica. Nós temos 4.008 pessoas que morreram, entre janeiro e março deste ano, nas filas de espera dos hospitais aqui no Rio Grande do Sul, sendo que a maior parte foi em Porto Alegre. Este número é do Rio Grande do Sul, a maior parte de Porto Alegre. O que nós temos aqui é a tragédia das tragédias; é quando uma sociedade, num sistema de saúde colapsado, não consegue dar sequer o atendimento às pessoas, e isso é uma marca indelével, permanente, para sempre deste período absolutamente trágico – não tenho palavra mais forte do que essa –, porque as pessoas poderiam ter sido salvas se fossem atendidas, não todas, é verdade, não tem como adivinhar este número, os próprios infectologistas que se manifestam sobre a matéria não têm como adivinhar, mas é certo que uma parte poderia ser salva; dos 4 mil, 2 mil, talvez; 3 mil, talvez. Vejam os números dos quais nós estamos falando, esses números representam, cada um deles, uma vida, uma perspectiva, sonhos, uma família, amigos, um conjunto, um mundo na sociedade, cada pessoa é seu próprio mundo e é o mundo da sua família e dos seus amigos. Nós temos, desde sábado, um decreto do prefeito municipal flexibilizando atividades. Eu sei que esse é um debate muito sério, importante, não desmereço e não desconheço a importância dos argumentos em relação a capacidade de gerar renda, à questão econômica, evidentemente, não desconheço, mas há uma orientação mundial pelo isolamento, há uma orientação mundial pelo distanciamento social, e nós precisamos tratar disso. Nós precisamos ver com outros olhos essa questão. O prefeito Melo, sistematicamente – e eu gosto de ficar na questão da Prefeitura, teria tantos temas de nível nacional e estadual para falar, mas nós somos vereadores de Porto Alegre –, combate o distanciamento social, combate mesmo, chegou a combater o próprio governador, e combate com argumentos de cientistas. O prefeito não fala, jamais, em,

por exemplo, viabilizar maneiras, formas de um auxílio emergencial também municipal, como tem o federal, como terá o estadual – está aprovado –, para que nós tivéssemos, aqui em Porto Alegre também, uma possibilidade de um distanciamento social verdadeiro e eficaz, porque esse vírus não se transmite por inseto, ele não anda sozinho, ele é transmitido de pessoa para pessoa, entre seres humanos, então o distanciamento social é absolutamente fundamental. O nosso Estado, inclusive, está na vanguarda agora no número de vacinações, mas ainda são números muito baixos, é muito pouco, isso.

Eu concordo com o Janta que esses profissionais todos mencionados pelo vereador tinham que estar vacinados! Professores e professoras vacinados, tinha que ter essa vacinação, mas aí entra a questão do governo federal, o fracasso da gestão em nível nacional, e aqui no Município, que é onde podemos atuar de forma eficaz – ou relativamente, pelo menos –, nós temos que fazer essa cobrança. A linha do Executivo é uma linha negacionista no sentido de que nega o que a ciência coloca: o distanciamento social que ele combate tanto é a forma de diminuir e até eliminar, em casos mais radicais, a transmissão do vírus da Covid-19. Fica aqui nosso protesto contra mais essa flexibilização, que nós sabemos que vai ter um custo de mais gente que não conseguirá ser hospitalizada, portanto mais óbitos no Município, mais mortes de pessoas que são elas próprias seu mundo, de suas vidas, de suas famílias, do seu entorno, é a tragédia que poderia ser evitada. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Muito obrigada pela oportunidade. Queria apresentar alguns dados, aproveitando a fala do Ver. Pedro Ruas. Saiu o boletim da semana epidemiológica, e a gente tem ali uma queda muito grande no número de internações, de leitos, de óbitos – graças a Deus: os óbitos caíram de 1.950 para cerca de 200; a taxa de hospitalização por síndrome respiratória aguda caiu de 5.300 para 1.600, está à disposição, no site Procempa, para quem quiser ver; o número de óbitos em Porto Alegre também ficou muito reduzido, chegou a 58 em 16 março, hoje está em torno de 17, é muito positivo que tenha caído o número. Queda de mais de 90% nas síndromes respiratórias; a gente tem novos casos de Covid em Porto Alegre, numa média, abaixo de 500 casos por dia – já estivemos numa média de 1.500.

Eu entendo perfeitamente a política que está sendo implementada pelo prefeito Sebastião Melo, e eu lhe digo, numa crítica respeitosa, Ver. Pedro Ruas, que nós não podemos generalizar as políticas de enfrentamento à Covid. O mundo diz, a OMS diz que temos que estar todos em isolamento, mas não tem como fazer isso sem olhar caso a caso, município a município. Os municípios têm realidades diferentes, têm concentração demográfica diferente, têm meios de transporte diferentes, têm realidades locais diferentes. O que a gente vê, analisando esses números, é que a gente teve, sim, um grande crescimento nos casos, muito provavelmente causado pelo descontrole no

carnaval, no verão, que estão caindo agora. Esses números têm que ser levados muito a sério, porque as pessoas que estão demitindo, fechando empresas, perdendo empregos, deixando de ter dinheiro para comer, para se alimentar, essas pessoas têm a saúde abalada também, essas pessoas estão sendo jogadas – muitas delas tinham plano de saúde e não podem pagar mais – para dentro do Sistema Único de Saúde, que vai ficar, sim, sobrecarregado por todos os tipos de casos. Tem uma parcela da população que não precisa usar porque pode pagar; agora, com a miséria que está sendo alastrada, isso fica muito piorado, porque a atenção vai ser toda para cima do SUS. Cientistas, vereadores, cada um escolhe o seu lado, porque nós temos falas que são favoráveis a determinados medicamentos, falas que são contrárias aos mesmos medicamentos. Então o que nós temos é, sim, uma falta de unanimidade em relação a isso, e eu vejo isso como uma coisa normal; afinal de contas, a Covid-19 é uma doença nova, e ciência não é dogma, é experimento, é testagem, é erro e é acerto. É assim que a ciência funciona, é assim que a medicina é, desde os tempos de Hipócrates. As pessoas que trabalham nessa área têm que usar, sim, todos os meios disponíveis e possíveis para salvar vidas. O que importa é salvar vidas. O que não dá é achar que nós, vereadores, sabemos mais que cientistas ou médicos. E a gente tem um prefeito eleito, Sebastião Melo, e um vice eleito, Ricardo Gomes, que foram escolhidos justamente no meio da pandemia, foram votados com uma política que não fecharia tudo, com uma política que deixaria que as pessoas tivessem liberdade para trabalhar, respeitando os protocolos. O que nós não podemos ver é a injustiça, querer responsabilizar, sim – porque fechar tudo é responsabilizar –, o comércio, o trabalhador, o empreendedor, a pessoa que precisa trabalhar por esse aumento do número de casos de Covid-19 que nós tivemos durante os meses de fevereiro e março. Fica um tanto quanto evidente que isso veio de um verão, e não motivado por trabalho de quem precisa gerar emprego e renda. Então, negacionista, neste momento, eu vejo quem nega as evidências científicas, quem nega os gráficos, quem nega os números, quem nega ao trabalhador o direito de trabalhar, quem nega à criança o direito de estudar.

Aqui, na finalização da minha fala, eu faço um elogio à Cláudia Araújo, que fez uma palavra maravilhosa sobre a questão da educação, das crianças, da escola, da educação infantil. Tem todo meu apoio... (Problemas na conexão.) ...a gente sabe que lugar de criança é na escola. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando nossa sessão, cidadãos e cidadãs. Nós completamos, neste final de semana, 100 dias do governo Sebastião Melo, governo que muitos dos colegas não só apoiam como também defendem aqui as suas propostas. Se nós perguntássemos à população qual é a marca do governo Sebastião

Melo, o que os colegas diriam? Qual é a marca? Nós percebemos que, ao longo da gestão do prefeito, que foi nosso colega, um vereador atuante, na ocasião com inúmeras iniciativas em conjunto, inclusive, com a esquerda, e que agora, ao assumir o seu governo, assume a pauta do governo anterior, do Marchezan, declara apoio à pauta do governo Bolsonaro, prioriza a ação concreta defendida pelo capital, pelo empresariado, a abertura exagerada do comércio, sem a precaução clara e precisa do distanciamento, da testagem em massa, do rastreamento das pessoas que, por sua vez, contraíram Covid-19. Parece que, como ele mesmo disse, é preciso dar a vida para salvar a economia.

Eu faço aqui uma fala política porque tenho profunda admiração pelo amigo que foi nosso colega; mas, infelizmente, o meu querido amigo prefeito Sebastião Melo está com a sua gestão engessada e não apresenta novidades. Quando falamos na questão do funcionalismo, ele assume claramente pautas que a própria base do governo Marchezan estava tocando, que, no final do último ano, rachou – grande parte dos partidos que estavam já fora do governo Marchezan, não apoiando mais as causas do governo Marchezan, passaram a defendê-las dentro do governo do nosso amigo Sebastião Melo. Claro que o governo Melo se diferencia um pouco quanto à tática adotada pelo governo Marchezan na ideia do diálogo, de poder aproximar, conversar, mas, claramente, todas as ações encaminhadas aqui na Câmara foram judicializadas, por isso o governo Melo recuou com relação à questão da reforma da previdência. Hoje, vamos ver a reunião conjunta da Procempa – o governo Melo insiste em privatizar parte dos serviços oferecidos pela Procempa.

Os governos se diferenciam um do outro, nós sabemos disso. Tem os governos de esquerda, os governos de centro, os governos de direita, e tem os vereadores ou parlamentares que assumem esse protagonismo de defesa de determinado governo por uma questão ideológica, por uma questão de ação concreta de um mandato parlamentar. Mas qual é a marca do governo Melo em Porto Alegre? O governo Melo assume a ideia das privatizações: falou no DMAE; falou na Procempa; agora, recentemente, falou na Carris – meu Deus do céu! É um patrimônio da cidade; os próprios consórcios defendem que a Carris continue pública porque é o balizador do transporte público na cidade, e o prefeito sinaliza a privatização da Carris. Tem determinadas pautas que é preciso reavaliar, meu querido amigo e prefeito de Porto Alegre, porque, se não, nada de novo, concreto, real, que possibilite a interlocução da sociedade vai acontecer, a não ser pautas açodadas, pressionadas, radicalizadas, que não representam a vontade do povo.

Nesse sentido, nos 100 dias, o governo realmente não apresenta nada de novo, a não ser pautas reais e concretas de não ter um plano estratégico próprio do governo em relação ao combate à Covid-19, como, por exemplo, aquilo que nós aprovamos aqui, a compra da vacina para agilizar a vacinação, de fato, para todos... (Problemas na conexão.) ...projetos que estão tramitando de legitimidade dos vereadores em defender determinadas categorias que sejam serviços essenciais, e é necessário que todos se vacinem.

Então, nesse sentido, queria dizer que realmente as críticas são pontuais, começam a aparecer e começam a preocupar a todos nós. Em 100 dias, o governo Melo,

infelizmente, não apresentou nada novo; pelo contrário, muitas pessoas, há poucos dias, no *lockdown*, quando não havia leitos, perderam a vida – o Pedro Ruas registrou muito bem, mais de 4 mil pessoas no Estado todo. Mas e aqueles que continuam com a enorme preocupação: contraindo Covid-19, o que devem fazer, principalmente aqueles que dependem do Sistema Único de Saúde? Um abraço. Que, de fato, o governo, no seu núcleo central de governo, possa reavaliar essas posturas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu quero primeiro dar uma notícia aos colegas vereadores. Por solicitação de muitos vereadores da base – da oposição não, porque a oposição tentou isso na justiça –, o prefeito Sebastião Melo acabou de protocolar junto à DL o pedido de retirada de urgência do projeto da previdência que está aqui na Casa. Era essa a notícia que eu queria dar. Logo, vou solicitar que esse projeto vá para as conjuntas de quarta-feira, se for possível, para que se possa dar andamento no rito normal do projeto.

Eu estava escutando muito bem o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Oliboni. São duas falas sobre o mesmo assunto, mas diferenciadas. O Ver. Pedro Ruas admite que muitas dessas vidas poderiam ter sido salvas. Eu acredito que sim, poderiam ter sido salvas. Uns acreditam que poderiam ter sido salvas até com tratamento precoce; alguns médicos – não sou eu – acham que o tratamento precoce poderia ter salvado muitas vidas. Para outros, certamente faltou internação, sim. Mas nunca se sabe; talvez, se tivesse um tratamento precoce, poderia ter vagas nessas UTIs; não haveria necessidade de muita gente perder a vida por falta de UTIs. Então é muito relativo isso. Defender o *lockdown*... Eu até admiro os colegas vereadores que defendem o *lockdown* com insistência e com vontade. Olha, eu admiro a coragem e a lealdade deles aos seus partidos; porque não é só saúde, não, não se enganem, muitos vereadores são leais e seguem o que os partidos mandaram eles dizerem. Então, não podemos ficar aqui falando: “Ah, porque o prefeito se alinhou”. Não! O prefeito falou isso na campanha. O prefeito Melo, Oliboni, disse isso na campanha e está cumprindo. Ele, ao invés de ficar pregando *lockdown* e “fica em casa”, foi atrás de criar mais vagas nos hospitais, foi criar mais vagas nas UTIs, foi procurar mais respiradores. É isso o que um gestor tem que fazer. Ficar em casa recebendo é muito fácil! E a economia? E o ônibus? E o posto de saúde? E aqueles que precisam de médicos por outras doenças? E aqueles que precisam de emprego para se alimentar? O maná que caiu do céu foi uma vez só, nada vem do céu – só a benção de Deus, isso vem do céu, mas mais nada. Temos que nos esforçar em ajudar o próximo com comida, com cestas básicas, é verdade, mas a maior boa ação que nós todos podemos fazer é emprego. As pessoas não precisam e não querem esmola; elas só aceitam quando estão em extrema necessidade. As pessoas querem trabalhar, as pessoas querem ir ao seu trabalho, as pessoas querem ser

produtivas para comprar alimento para os seus filhos. Então, vamos devagar. O prefeito é o de sempre, e o andar e o santo são de barro. Nós temos que ter muito cuidado quando fazemos algumas afirmações em nome da ciência. Sabemos que não é só em nome da ciência; é em nome da ciência, é em nome da ideologia, é em nome de alguns partidos que têm isso como dogma. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, eu me inscrevi porque a discussão tomou um rumo e eu senti necessário debater algumas afirmações que eu considero, independentemente das intenções, que são falsas e que desorientam a população se forem levadas adiante. Essa é a nossa crítica maior. Quando nós fizemos toda a nossa luta contra a ideia de tratamento precoce, Ver. Cecchim, essa luta que nós seguimos desenvolvendo, é por que nós temos um Presidente da República – e isso, infelizmente, o governo municipal não tem falado – que fez campanha, que gastou recursos públicos com medicamentos que não são medicamentos para combater a Covid, que não são medicamentos para combater o vírus, e não fez o que devia fazer para combater o vírus. O Presidente Bolsonaro, infelizmente essa tragédia que temos no País, e que um dia ainda será julgado por tribunais internacionais por crime contra a humanidade, disse que o vírus era uma gripezinha, desprezou as vacinas, disse que não precisava fazer nenhum tipo de distanciamento social, nesse final de semana seguiu promovendo aglomerações em Brasília. Então, quando nós fizemos o questionamento a essa ideia de tratamento precoce, é porque seria falsa, o fato de que há médicos que a recomendem, não a torna verdadeira, só mostra que, infelizmente, nós temos uma parte dos nossos médicos, muito minoritária, diga-se de passagem – muitíssimo minoritária –, que têm esse nível de irresponsabilidade. Mas o problema mais grave não é, evidentemente, a propaganda do tratamento, é o conjunto da obra desse governo nacional, que fez com que nós tivéssemos o nosso País, como o país mais despreparado para enfrentar a doença. Então, esse é o ponto. Não vamos ficar aqui fazendo discussão falsa, centrada se o tratamento precoce é uma orientação que deve ser respeitada ou não. Não! Nós combatemos o conjunto de orientações de um Presidente da República que despreza essa doença, que levou o nosso País a ter um recorde de mortes absurdo, que poderiam ter sido evitadas; o nosso Estado também e a nossa cidade também, por falta de vacina, por falta de cultura e porque o Presidente da República propagou a ignorância, divulgou, difundiu, porque a própria posição deste Presidente é uma pró-ignorância, porque ele despreza a vida. Então, ele aceita eliminação do povo, porque tanto faz para este Presidente se 500 mil ou 600 mil brasileiros vão perder a vida, ele não tem empatia com o povo brasileiro; tanto faz para este Presidente da República a perda de milhares e milhares de vida de brasileiros e brasileiras.

O que me chama a atenção, e isso, sim, o Pedro Ruas sempre apontou, com muita educação, a gente conversava e o Pedro Ruas dizia, muito admirado: “Como o Sebastião Melo foi para a direita?” Chama atenção que quando o Sebastião Melo se formou e fez uma homenagem até ao Che Guevara, porque ele foi militante do MDB na luta contra a ditadura, o Sebastião Melo fez um deslocamento para a direita como uma lógica oportunista. Hoje está no jornal Zero Hora, inclusive, o Gabriel, presidente da Assembleia Legislativa, dando uma resposta, que eu fico até feliz, porque ele disse assim: “Nós não estamos com o bolsonarismo, nós fizemos um movimento tático a favor do Bolsonaro em 2018”. Bem, o prefeito de Porto Alegre segue fazendo esse movimento tático em 2021, porque ele, em 2020, ganhou a eleição, fazendo um acordo com o setor bolsonarista e com o setor neoliberal da cidade, materializado na escolha do vice, que é uma expressão do neoliberalismo, e do bolsonarismo, que é a expressão de vereadores como a Ver.^a Fernanda Barth, como a própria vice-líder do governo, que é uma expressão de tentativa de ocupar o espaço político com bolsonarismo na cidade. É uma escolha política, evidentemente, que, no nosso ponto de vista, prejudica a cidade, porque o bolsonarismo é um movimento político antidemocrático, anticientífico, anticultural, anticidência, antisserviço público, isso é o bolsonarismo na essência, e o bolsonarismo está em Porto Alegre mesmo sem o Bolsonaro.

Termino aqui dizendo que é a demonstração de que é um governo de continuidade, Oliboni, é: o projeto da previdência é o mesmo do Marchezan, o projeto da Procempa é o mesmo do Marchezan, o projeto da Carris é o mesmo do Marchezan, todos os projetos são projetos que dão continuidade ao governo Marchezan. Não sei por que os vereadores que estão com o Melo fizeram campanha contra o Marchezan, porque eles deviam defender a continuidade do Marchezan, como, aliás, muitas vezes fizeram na Câmara, o próprio líder do governo, Cecchim, foi um grande defensor do prefeito o Marchezan, nos quatro anos de legislatura que ele teve. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações e, após, no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio em homenagem à Jaqueline Kolling Borges, que é uma menina de 23 anos que nós ajudamos através do grupo, que tinha leucemia, LLA tipo B, e, infelizmente, depois de um ano e meio de luta veio a falecer neste sábado. Então peço aos meus colegas esta última homenagem a esta menina guerreira, que poucos conhecem, mas que teve uma doença que assola milhares de pessoas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Também quero me somar e fazer uma homenagem póstuma ao governador do Rotary, Osvaldo Petersen Filho, que faleceu por coronavírus.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, o Ver. Airto Ferronato também solicita uma homenagem póstuma ao nosso ex-servidor, Silvio Moreira Aquino, que trabalhou por quase por 40 anos na Câmara.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu só queria aproveitar esses cinco minutos de Comunicações e dizer que amanhã nós teremos uma reunião da CUTHAB, convido os vereadores, caso se interessem por esse assunto, que será sobre aquela barragem no Parque Saint’Hilaire. Na semana passada, nós tivemos uma reunião discutindo a questão da habitação com aquele pessoal, aí surgiu o que é mais grave naquela região, que é a questão da barragem, que se chama barragem da Lomba do Sabão. Nos desdobramentos, marcamos reunião para amanhã, onde DMAE, que é o proprietário da barragem, irá analisar o laudo conosco, que é um processo que está na Justiça também. Então, amanhã, estarão todas as entidades, além disso o DMAE irá se colocar sobre esse laudo, para a Comissão, sobre o risco da barragem. A informação extraoficial, da semana anterior, é que não existem riscos, mas amanhã o DMAE vai fazer essa análise junto conosco, vamos discutir, os técnicos do DMAE vão dizer se existe perigo ou não, mas sempre existe, sabem como são as barragens, temos o exemplo daquela de Minas Gerais. Eu acredito que será uma reunião muito boa, se algum vereador tiver interesse. Embora com a pandemia, temos realizado reuniões na Comissão, já tivemos presente o ex-vereador Záchia, que hoje é o secretário da nossa Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, falando sobre todas as tratativas do transporte público, o adiantamento do dinheiro, se não me engano são R\$ 16 milhões. Inclusive, aproveito para relatar uma notícia do jornal Diário Gaúcho, a seguinte mensagem, na manchete: “A passagem mais cara tem Novo Hamburgo. A Prefeitura de Novo Hamburgo anunciou [estou lendo a matéria] que a tarifa do transporte coletivo terá reajuste definido na próxima semana. A ação será tomada para compensar [olhem essa expressão] o subsídio mensal pago pelo Município às empresas, suspenso por falta de recursos da Prefeitura. O reajuste foi decidido após reunião”. Então, tudo aquilo que deu de subsídio, já não é mais subsídio, vai ter que aumentar a passagem para

compensar, porque a prefeitura não tem mais recurso para colocar. Estou só lendo essa matéria, porque é interessante. A questão do subsídio, não são todos que dão, embora, no ano passado, nós já tínhamos até aprovado na Câmara.

Também tivemos o nosso secretário André Machado, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, que comentou sobre toda a ação da Prefeitura, inclusive essa questão da moradia na Lomba do Sabão. Ainda existem 75 famílias da Vila Nazaré, do aeroporto, que estão para ser removidas. Na questão da regularização fundiária, são 789 áreas na capital, mais de 300 mil pessoas; 118 áreas de risco, umas mais, outras menos, mas de risco. Então a projeção é a regularização de 6 mil lotes pela Prefeitura, este ano. Por isso estamos fazendo essas reuniões, amanhã o André vem de novo para tratar sobre essa área da Lomba do Sabão, que tem moradias, e precisamos dar tranquilidade a esse pessoal.

Além disso, também sobre a questão do transporte, nós enviamos um pedido à Secretaria de Mobilidade Urbana (Lê.): “1 – Possibilidade da CUTHAB compor audiências de repactuação [como a CUTHAB está presente, saber, informar, questionar]; 2 – Prazo de acesso da CUTHAB à auditoria contratada pela Prefeitura [existe uma auditoria, terá que dar respostas sobre essas questões do transporte]; 3 – Resposta do estudo do governo sobre a TMU – Taxa de Mobilidade Urbana e a possibilidade de representarem à Câmara Municipal [também nessa questão]; 4 – Agilidade na vacinação dos rodoviários; 5 – Presença (espaço/cadeira) da Câmara no Conselho Municipal de Transporte Urbano [Sei que tem algumas dificuldades, mas nós precisamos estar mais perto dessas decisões para não só homologar projetos que vêm para a Câmara]; 6 – Viabilidade do retorno dos articuladores, A86 e A84 (Comunidade Rincão); 7 – Agendas para acompanhamento desses estudos que serão feitos nos próximos 90 dias [para nós estarmos junto].” Estamos aguardando para que a gente possa tomar conhecimento e amanhã, portanto, estão todos convidados para a reunião sobre a barragem da Lomba do Sabão. Um abraço a todos, obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras e a quem nos assiste; hoje, vou utilizar esses cinco minutos para que a gente possa falar um pouquinho a respeito de todo este contexto da pandemia, que eu acho isso se faz necessário. A gente tem visto muito nas notícias, pelos jornais, ao longo do final de semana, e eu tive essa oportunidade de estar avaliando que nós estamos cada vez mais diante desta polêmica construção que vai fazendo esse movimento entre o que é em definitivo cuidado com a saúde e aquelas outras prioridades. Nesse último final de semana, eu li no jornal Correio do Povo, acho que todo mundo já teve acesso a isso, mas sempre é importante falar, que o número de mortes aqui na capital se sobrepõe ao número de nascidos. Isso é um absurdo! Isso é

algo muito impactante. Então, para que a gente possa ter um panorama, algo que seja mais consistente, e para que, em definitivo, nós possamos estar aqui pautando... Nós sabemos que esta disputa entre vida e economia é uma disputa que, em definitivo, não está nos levando a lugar algum, ela acaba gerando ainda mais esse atrito, esse tensionamento que está levando as pessoas a esse caos todo: há um colapso na saúde, um colapso funerário, um colapso, o caos sanitário. Há toda essa construção que é totalmente adversa ao que a gente pauta como cuidado. É necessário trazer aqui importantes iniciativas como foi a iniciativa em Araraquara, do prefeito Edinho, que é do PT – faço essa saudação direta a ele, porque é algo que a gente deve realmente ter como um exemplo a ser seguido –, que ficou em torno dessa relação da vida muito enfaticamente, pautando no distanciamento, pautando no cuidado, e isso já teve um efeito muito positivo: a gente vê que há alguns dias não se tem óbitos nessa cidade. Aqui, em Porto Alegre, com tudo isso retomando agora de uma forma quase que sem ter a possibilidade de a gente fazer uma fiscalização efetiva, tendo em vista as várias e várias denúncias que temos ao longo do final de semana, não foi diferente na minha mandata, e acredito que nos outros espaços também não, de pessoas com aglomerações e tudo mais, toda essa construção que não fala de uma segurança sanitária principalmente nas periferias, não estão falando de cuidar da vida. Na última semana, a minha mandata junto com o mandato da Ver.^a Bruna Rodrigues, solicitou, na verdade, teve uma reunião com o prefeito. Nessa reunião, nós apresentamos oito propostas para priorizar essas condições de cuidado com as comunidades, cuidado com a população, contudo a gente percebeu algo que eu acho fundamental: que a Prefeitura realmente não quis nos ouvir, não está priorizando os cuidados. Eu não vou trazer aqui as oito propostas, mas eu quero falar que foi bem difícil esse nosso contato, foi bem difícil esse nosso acesso, uma vez que não fomos ouvidos da maneira como deveríamos. Eu acho que é necessário ressaltar que esse período que a gente está vivendo, nesse momento tão triste, tão caótico, tão duro, nós, enquanto bancada do PCdoB, afirmamos que deveríamos ter sido melhor ouvidas e principalmente respeitadas. Houve uma série de questões que eu acho que são necessárias para construção dos cuidados nas comunidades, na cidade como um todo, e não foram ouvidas. Isso demonstra muito qual é o encaminhamento que o Município está tendo diante dessas questões tão duras e tão necessárias, isso é respeito pelo povo, isso é respeito pela bancada do PCdoB, por duas mulheres que estão à frente desse processo e que se doam, se dedicam a essa construção, porque compreendem e sabem muito bem onde isso está, em definitivo, sendo ainda mais duro, ainda mais agudo. É preciso olhar com mais responsabilidade. Eu deixo aqui, para finalizar, diretor, esta solicitação, Presidente, para que o prefeito olhe com mais respeito para nós. Foi de forma muito absurda o que aconteceu nessa reunião, uma vez que inclusive um secretário, de uma forma autoritária, finalizou a reunião sem nos ouvir, mas principalmente sem encaminhar aquilo que nós havíamos solicitado. E aqui eu finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Hoje nós completamos 100 dias dos nossos mandatos, mais especificamente o prefeito, a Prefeitura hoje comemora ou registra – foi há alguns dias, mas hoje é a primeira sessão dos 100 dias – os 100 dias do governo Melo em Porto Alegre. Tenho muito respeito à trajetória do Sebastião Melo, muito respeito a todos e todas, vereadores e vereadoras desta Casa, da situação, base aliada do governo Sebastião Melo, mas é importante que a gente refira o que tem sido feito ao longo desses 100 dias. Muito diálogo, é fato, muitas audiências públicas, conversas com a oposição, o que é muito saudável e louvável por parte do prefeito e de toda sua equipe, também tenho que referir que sempre fui muito bem atendido por todos os secretários com quem eu já tive contato da Prefeitura – Cassio Trogildo entre tantos outros. Então não é nesse aspecto que eu acho que a gente tem que trabalhar ou fazer a nossa crítica, mas sim na efetividade daquilo que nós dialogado junto à Prefeitura de Porto Alegre. Nós sabemos, então, que foi retirado o pedido de urgência da reforma da Previdência, o que é muito saudável, muito louvável, mais uma vez, por parte da Prefeitura, mas nós sabemos que o objetivo na verdade é outro, é articular talvez uma reforma da Previdência ainda mais nefasta para os servidores públicos de Porto Alegre. Nós também requisitamos que seja retirado o regime de urgência do projeto de privatização da Procompa, uma certa urgência, porque esse projeto está na porta de votação aqui da Casa. E é um absurdo, porque tem diversos pontos que não foram ainda esclarecidos, não há necessidade aparente, mas esse é um outro debate também para ser feito em outro momento. Isso é só para referenciar o que eu estou falando. O Melo também atendeu às demandas dos representantes estudantis em relação à carteirinha, a votação de alguns dias atrás aqui na Câmara. Eu mesmo elogiei o prefeito por esta iniciativa de vetar um trecho da lei que vedava algumas demandas dos estudantes, mas infelizmente foi um jogo de cena aparentemente em que a base aliada votou contra o seu próprio prefeito, demonstrando que na verdade ou o prefeito não tem realmente uma boa relação com a sua base aliada, ou na verdade tudo não está passando de um jogo de cena para dizer que é do diálogo. Eu preciso também referenciar mais uma vez mais um outro detalhe que foi muitas vezes levantado aqui, que é a questão da pandemia. Porto Alegre virou o epicentro no número de mortes, é muito interessante a gente dizer que abriu tudo, que o comércio está voltando, que tem um compromisso com a economia, quando Porto Alegre registrou o pior momento da pandemia algumas semanas atrás justamente pelo nosso negacionismo e pela forma como a Prefeitura também lidou com essa crise que envolveu diversos fatores. É claro que a gente sabe que não é o comércio necessariamente que vai causar o caos na saúde e sim, como foi bem referenciado, fatores como aglomerações, festas clandestinas, a situação do carnaval, mas tendo esse momento de pico da pandemia, o correto teria sido então nós fecharmos tudo. Mas para isso a gente precisaria também ter um comando central a partir do governo federal que distribuísse renda, que garantisse emprego, que garantisse que as empresas não

quebrariam, como está sendo feito na Argentina, com isenção do imposto de renda, ou, pelo menos, atraso do pagamento do imposto de renda, entre tantas outras políticas, mas não é o caso. Então, nós preferimos empurrar as pessoas num discurso de que precisam se alimentar, o que é verdade, porque não tem renda básica, então a gente usa o desespero dessas pessoas e as empurra ou para morrerem de fome, ou para morrerem infectadas pela Covid. E é bom que se diga, abriram leitos realmente, só que a cada dez pessoas que entraram, oito pessoas morreram na UTI em Porto Alegre nos meses passados. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Cecchim, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste através da TVCâmara, as senhoras e os senhores; hoje, no período de Comunicações, também quero fazer uma manifestação com relação a essa preocupação de todos nós referente à pandemia, ao coronavírus, às mortes; nos solidarizamos com as famílias enlutadas. Algumas pessoas perderam mais de um familiar na luta contra o coronavírus, várias instituições perdendo pessoas amigas, próximas, colegas do Rotary, da Maçonaria, do meu partido, o PDT. Infelizmente é muito triste a realidade dos números, mas nós precisamos acreditar e dar a nossa contribuição. Eu quero, de certa forma, aqui fazer um reconhecimento, e hoje inclusive o prefeito Sebastião Melo esteve aqui conosco na Câmara, assinamos um convênio, uma parceria entre a Escola do Legislativo e a Escola de Gestão Pública do Município também no sentido de aperfeiçoarmos tecnologias, atualizações dos servidores, a contribuição do Legislativo em parceria com o Executivo, especialmente na atualização dos servidores na prestação do serviço público. Mas quero dizer que uma das formas que se encontrou de vacinação, que tem proporcionado, apesar de uma certa fila, um atendimento da demanda bastante interessante, é o caso da vacinação por *drive-thru*, porque permite o distanciamento. A informação que nós temos é que no sábado se iniciou a vacinação para os que têm 63 anos ou mais e logo em seguida serão as pessoas mais jovens que são portadores de comorbidade, o que deve contribuir para a redução dos números que já foram relatados.

Eu quero aqui também, não só no que diz respeito à questão da saúde, fazer menção a dois projetos importantes que foram nominados pelo prefeito, hoje, quando veio aqui na Câmara, sendo um deles a possibilidade dum Refis – e acredito que o Refis é algo interessante. Falo em nome da nossa representação junto ao mercado imobiliário, especialmente no que diz respeito ao ITBI, que pode representar também um desdobramento em favor do IPTU, da arrecadação para a cidade, tirando algumas pessoas da irregularidade, do contrato de gaveta, do contrato de compra e venda. Às

vezes, aqueles 3% do valor do imposto se flexibilizavam, se parcelavam, enfim, pode representar a saída do cidadão da irregularidade ou da falta de formalização documental, para uma nova página na história daquele imóvel, podendo transferir aquele imóvel a partir do pagamento da ITBI. Acho que é um momento importante porque no mercado imobiliário, o imóvel é a moeda forte e é uma maneira também de nós incentivarmos as pessoas a trazerem para a realidade muitos daqueles contratos, especialmente, de compra e venda, que se constituem em contrato de gaveta, em que o atual proprietário não transferiu o imóvel, porque não tinha o valor de 3% do ITBI para fazer essa transferência. Então, acho que é oportuno, nesse momento, que nós enfrentemos essa pauta. E vejo com muito bons olhos a disposição do prefeito em enviar para a Câmara esse projeto.

E o outro projeto seria o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da área central. Acho que esse é o momento oportuno de nós discutirmos a questão de viabilizarmos uma readequação da ocupação do espaço urbano do Centro, qualificando espaços urbanos coletivos, em especial, como também com a preservação do patrimônio cultural... (Problemas na conexão.) ...enfrentar alguns esqueletos abandonados, bem como a questão dos estacionamentos subterrâneos. Essa lógica, hoje, do aplicativo que se impõe para a cidade, novas formas de transporte que se estabelecem, tais como as ciclovias e as bicicletas. Acho que nós poderíamos tentar incluir nessa agenda um debate, uma consolidação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade toda. Acho que podemos iniciar pelo Centro, já se passaram dez anos da última revisão, mas podemos incluir na agenda positiva o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade como um todo. Na questão da região central, eu acho que seria muito oportuno, importante e necessário que nós discutíssemos também a questão de um terminal turístico hidroviário para a área do Cais do Porto. Hoje nós não temos um regramento e um ambiente favorável para o turismo hidroviário para a cidade; acho que hoje o catamarã é uma realidade já colocada para a cidade, mas eu acho que seria importante nós discutirmos uma qualificação de um terminal turístico hidroviário. Também tentar incluir essa revisão em relação ao Caminho dos Bondes, aquele projeto inicial que ligaria o abrigo dos bondes da Praça XV ao Gasômetro, trazendo de volta para a memória a questão histórica do bonde para a cidade, e também um terminal turístico rodoviário, porque hoje tem muitas pessoas que acabam se aglomerando em frente ao Mercado ou na frente do Teatro da OSPA, sem uma adequada estrutura física para uma excursão ou para uma saída de ônibus, então, acho que são dois projetos importantes que virão para a Câmara. A gente sabe que num momento de muita dificuldade para a economia, com situações de abre e fecha, muitos são os nossos desafios em torno da pandemia, mas a cidade precisa também se organizar para dialogar com o futuro, e, como essas pautas estão aí na agenda do calendário da Prefeitura para vir para a Câmara, acho que nós precisamos, de certa forma, nos preparar para o debate, que é um debate importante. E esperamos que em breve, a partir da vacina, as coisas melhorem para que a gente possa restabelecer a normalidade dos trabalhos.

No mais, quero agradecer a atenção de todos e dizer que essas seriam as minhas considerações para este período de Comunicações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Márcio. Devolvo a presidência dos trabalhos para Vossa Excelência.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Márcio, saudação a todos os vereadores e vereadoras; eu vou usar a palavra para chamar atenção a um projeto de lei de minha autoria, que será submetido, hoje, ao debate. Não sei se haverá a votação desse projeto, já que as nossas sessões têm se desenvolvido bastante, então, às vezes a Ordem do Dia acaba sendo prejudicada, mas ele diz respeito ao projeto que determina a suspensão de qualquer tipo de privatização durante o período de pandemia, mais especificamente um ano após a pandemia. Nós acreditamos que esse é um projeto muito importante, mas, obviamente que um tipo de projeto desses... Todos conhecem, sabem que eu sou um opositor à linha de privatização do serviço público, sei que essa privatização tem sido muito utilizada, inclusive na área da saúde, piorando a saúde de Porto Alegre, piorando a Atenção Básica, piorando os hospitais. Inclusive, teve uma determinação judicial que define que o governo não pode seguir com esse projeto de privatização na área da saúde, bem como as terceirizações que foram feitas não podem continuar depois de setembro. Essa decisão judicial não foi revogada, ainda está valendo, isso mostra o caráter temerário da gestão na área da saúde. E esse projeto de privatização também foi anunciado agora em relação a Carris. Independentemente da opinião que cada vereador ou vereadora tenha sobre a questão da privatização, se ela é melhor ou pior para o interesse público, o fato é que, nós, numa pandemia, temos muita dificuldade de fazer esse debate com a sociedade. E essa questão deve ser debatida com a sociedade. Por exemplo, no caso da Carris, o prefeito Melo não disse, durante a campanha, que iria privatizar a Carris. Então, depois da campanha eleitoral, fazer uma política desse tipo é muito complicado. Sem um debate com a população é um estelionato eleitoral, e nós acreditamos que isso é um grave problema, somos contra a privatização da Carris, portanto, esse é um projeto que busca parar a mão, digamos assim, de qualquer tipo de linha governamental que não debata com a cidade. Esse é o sentido do projeto, que vai ser discutido, não sei se votado, na tarde de hoje. Eu queria, Presidente Márcio, só reforçar uma questão especificamente em relação a Carris, para que se entenda também a importância estratégica da empresa.

Nós temos discutido a necessidade de haver subsídio público para o transporte, isso tem sido feito, inclusive, com ação judicial, com discussão com a

justiça. O governo tem fornecido recursos públicos para empresas privadas. Nós acreditamos que isso não é correto; o correto é, sim, ter um sistema de transporte público, com subsídio público, porque o transporte tem que ser público, não pode ser privado. Não pode ser que o governo... (Problemas na conexão.) ...recursos da sociedade para garantir a lucratividade de capital privado; o capital privado tem que se sustentar a si mesmo. Se não está conseguindo, bem, então ele tem que abandonar o negócio. Nós acreditamos que é possível, sim, ter um sistema de transporte público e, vou dizer mais, gratuito... (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu acho que a comunicação do Ver. Robaina caiu. Vamos ver se o Robaina consegue retornar. (Pausa.)

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Ramiro Rosário.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente, boa tarde vereadores, obrigado Ver. Ramiro, Ver. Moisés. Quero aproveitar esse tempo, Ver. Ramiro, para fazer contestações ao Ver. Robaina, quando fala de privatização. Quando ele fala que é contra as privatizações, eu tenho que dizer que não existe nenhum problema em ele defender essa ideologia, e eu não fico nem um pouco espantado em ouvir o Ver. Robaina dizer que é contra as privatizações. Eu sou favorável a várias privatizações, acho que o Estado não nasceu para tomar conta da economia, a economia tem que ser gerada pelas empresas, pelas pessoas, e não pelo Estado. O Estado tem que fazer o seu trabalho, que é cuidar dos itens essenciais e aonde o setor privado não pode chegar, essa é a função do Estado. Principalmente, garantir a nossa segurança e a nossa liberdade, essa é a função do Estado, e não gerir empresas. Eu acho que quem tem que gerir as empresas são as pessoas do setor privado. O principal de tudo, Ver. Robaina, que quero fazer o debate é quando o senhor fala da privatização da Procempa. Eu não consigo ver como se privatizar a Procempa na verdade, porque a privatização é um processo de venda ou de concessão da empresa, e, infelizmente, não é isso o que está acontecendo. O prefeito mandou um projeto para cá que retira o monopólio da empresa Procempa. A empresa Procempa – posso estar errado, se eu estiver errado, que alguém me corrija –, foi constituída há muitos anos, e tem um artigo da lei que faz a constituição dessa empresa pública que diz que a empresa Procempa vai prestar serviço para a Prefeitura Municipal, para os órgãos da Prefeitura, para as entidades ligadas à Prefeitura, como as empresas diretas e indiretas, e que tem exclusividade. A Prefeitura hoje não pode contratar um serviço a não ser contratado pela Procempa. Aí invertem-se os papéis. Se a Prefeitura quiser comprar uma solução de tecnologia que não seja através da Procempa, ela tem que pedir permissão para a Procempa, e a Procempa tem que dizer que ela não pode fazer aquela atividade ou que ela não tem condições, para que a Prefeitura, então, possa fazer essa compra. É um absurdo que a empresa que nasceu para servir o Município, que, teoricamente, está abaixo do Executivo, tenha que

dar permissão para o Executivo ter agilidade. O que se busca, na verdade, e é isso que é a privatização, que não é o caso da Procempa. Esse projeto de lei da Procempa, no meu ponto de vista, é uma quebra de monopólio, pois hoje quem tem o monopólio é a Procempa. É isso que o projeto diz, dando liberdade, inclusive, para que a Procempa possa continuar atendendo à Prefeitura, desde que tenha eficiência e eficácia, que é o que está se discutindo que falta na empresa Procempa, essa agilidade, essa eficiência, essa eficácia para o atendimento tecnológico. Nós sabemos que a tecnologia precisa de agilidade, de uma competência muito grande para fazer o atendimento, para que a gente possa ter um atendimento real. No mundo atual, não é possível que a gente fique esperando por um ano, dois anos para buscar uma solução. Se fosse buscar essa solução daqui a um ano, dois anos, a solução deixa de ser solução, já tem uma outra solução que veio para o mercado. O mercado tecnológico é muito rápido. As pessoas que trabalham, os jovens que estão saindo da universidade têm uma capacidade muito grande e um conhecimento que gera tecnologias novas todos os dias. Então, é impossível que se tenha uma empresa que preste um serviço com uma burocracia do tamanho daquela da empresa Procempa para atender à Prefeitura de Porto Alegre. Nós teremos que entregar eficiência e eficácia, e é isso que é esse projeto: retirar o monopólio da empresa Procempa, para que a Prefeitura possa buscar novas tecnologias não só na empresa Procempa, mas no mercado e, dessa forma, possa dar mais agilidade e um melhor atendimento para a população, que é isso que o Estado deve fazer. Portanto, Ver. Robaina, não tem nada a ver com privatização esse processo, e nós vamos votar favorável a ele. Quanto ao seu projeto de impedir a privatização, o senhor quer impedir todas as privatizações, então, o senhor é contrário a privatizações, o senhor é contrário e não quer que nenhuma... (Problemas na conexão.) ...usando a pandemia. É um projeto totalmente fora de cogitação. Tenho certeza de que, quando chegar para o debate, nós vamos fazer esse debate e vamos reprovar o seu projeto, Ver. Robaina. O senhor me desculpe, mas, ideologicamente, nós estamos opostos. Obrigado, Ver. Ramiro e Ver. Moisés.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0212/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui na ordem prioritária de vacinação contra o novo Coronavírus (Covid-19) no âmbito do Município de Porto Alegre agentes da segurança pública, agentes da saúde e demais profissionais considerados como pertencentes às

atividades essenciais e que estejam envolvidos diretamente no combate a pandemias ou quaisquer outras crises sanitárias. (SEI 208.00077/2021-87)

PROC. Nº 0266/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 090/21, de autoria das Ver^{as} Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos Vers. Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra, que dispõe sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de disponibilizar gratuitamente medicamentos ou suplementos liberados e preconizados pelo Ministério da Saúde para o tratamento dos pacientes com sintomas da Covid-19 que possuam orientação médica com prescrição. **Com Emenda nº 01, das Ver^{as} Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos Vers. Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro, Alexandre Bobadra e Claudio Janta.** (SEI 025.00032/2021-23)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0099/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/21, de autoria da Ver. Márcio Bins Ely, que reconhece o exercício físico e a atividade física ministrados por profissional de educação física como essenciais para a população no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely.** (SEI 037.00087/2021-21)

PROC. Nº 0168/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 052/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Claudio Nudelman Goldsztein. (SEI 212.00011/2021-82)

PROC. Nº 0190/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 057/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Luiz Leonardo Abelin Fração. (SEI 212.00010/2021-38)

PROC. Nº 0219/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 066/21, de autoria do Ver. Claudio Janta e da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que assegura suporte psicológico e psiquiátrico aos profissionais da saúde que atuem na linha de frente do combate à Covid-19 e aos profissionais da área de educação no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00017/2021-86)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, vereadoras, vereadores; nós temos processos em Pauta e, desses processos, o que resta claro – eu peguei no conjunto, por isso que faz uma enorme diferença, e era este o registro que eu queria fazer inicialmente, quando me inscrevi bem no início da sessão – é que nós, praticamente, não temos um enfrentamento da pandemia refletido nos projetos de lei. Isso é uma coisa que nos mostra a alienação que o Executivo impõe à Câmara com

relação à pandemia. Explico: quando a Câmara fica num papel, como está, de poder homologatório, nós dependemos, e muito, de tudo o que o prefeito nos manda, o que o Executivo nos manda. É uma dependência quase absoluta. Vejam agora – e eu falo com o maior respeito em relação ao Ver. Mauro Pinheiro, que, além de meu colega vereador, é meu amigo pessoal, de quem eu gosto muito – o vereador fazendo críticas – ele tem direito, mas a gente vê a posição – em relação ao projeto do Roberto Robaina, também colega, amigo e meu líder de bancada. Mas vejam só: qualquer projeto da oposição é torpedeado imediatamente pelos vereadores da situação. Imediatamente. Isso aqui não é uma queixa, é só uma constatação. É um direito da situação, mas sabem as consequências. Por outro lado, de parte dos vereadores da situação, não há projetos em relação àquilo que, digamos, a OMS preconiza, a comunidade científica internacional preconiza, porque os vereadores seguem a linha do Executivo. E o Executivo não vai mandar qualquer projeto para cá com relação, digamos, a um auxílio emergencial – pediu uma autorização para compra de vacinas, mas não comprou nenhuma –, a alguma mudança importante, significativa, realmente, no enfrentamento da pandemia, porque a linha do governo é o decreto de sábado. O líder, que eu respeito e é meu amigo também, Idenir Cecchim, colocou que o prefeito já disse isso na campanha. É verdade, disse. Mas vocês não de convir que as condições e circunstâncias da campanha eram umas, agora são outras. Esses dias, o governador Eduardo Leite utilizou esse argumento de as circunstâncias da campanha serem umas e a realidade agora ser outra, para encaminhar a privatização da Corsan, do Bannisul e da Procergs. Ora, se esse argumento vale para o governador Leite, deveria valer – na minha opinião, não vale esse argumento, é mentira dele – para o prefeito analisar que as mutações do vírus com o surgimento da P1, da P2 e da N9, no caso do Brasil, alteram bastante a realidade. O prefeito também não disse na campanha que não ia combater a pandemia, porque, se ele dissesse que não ia combater a pandemia, ele não seria eleito, isso eu garanto, não ia nem ao segundo turno. Ele não disse isso. De fato, eu não acredito que ele não queira combater a pandemia, o que eu acredito é que ele não dá prioridade a isso. Ele não é a favor que exista a pandemia, ele não é a favor que existam as mortes, nunca foi dito isso por nós, da oposição. Ninguém pensa isso. A nossa crítica é que o prefeito não dá prioridade, isso se reflete na nossa pauta de votações, nos projetos. Nem é de votações, porque a Ordem do Dia são as votações, mas, na Pauta em exame, não há projetos com relação ao enfrentamento da pandemia. É algo absurdo nós termos um Poder Legislativo na capital alienado da realidade de uma cidade que sofre barbaramente e que já foi, até poucos dias atrás, epicentro da pandemia no Brasil.

Não é mais neste momento, mas já foi. Isso é importante, é relevante salientar com relação à Pauta, Presidente, porque nós não podemos viver como se estivéssemos num mundo paralelo. Os projetos de iniciativa da oposição são torpedeados sistematicamente e, se tiverem a ventura de serem aprovados aqui, por certo, serão vetados pelo prefeito. Os vereadores da situação não vão colocar, e é um direito deles, projetos que não sejam da linha do prefeito. E o prefeito não manda nada para, realmente, combater a pandemia. A Casa, com esse caráter homologatório, ela fica

alienada da realidade pandêmica de Porto Alegre. É um absurdo isso, e eu queria registrar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, meu amigo e vereador Pedro Ruas, não é uma questão de votar contra ou a favor de projetos do vereador A, B ou C, do Ver. Robaina, ou de qualquer que seja o vereador, são questões de pautas que os vereadores defendem. O projeto do Ver. Robaina, que está na Ordem do Dia, está na priorização para votação no dia de hoje, que deve entrar em votação hoje, ou na próxima quarta-feira, é um projeto que ele usa a pandemia para dizer que, durante um ano após a pandemia, o governo não pode ter um projeto, ele quer proibir o governo de ter um projeto de privatização. Bem, mas foi dito por alguns vereadores, pelo senhor, ou pelo Ver. Pedro Ruas, ou pelo próprio Ver. Robaina que o vice-prefeito, que foi nosso colega vereador, é uma pessoa que defende o liberalismo, que defende ser liberal. É óbvio que esse governo, ele tem um viés mais liberal do que pensam o Ver. Robaina e o Ver. Pedro Ruas. É uma coisa muito óbvia e, certamente, espero que aconteça isso, que venham projetos do Executivo para esse debate, para que se possa fazer a discussão, por exemplo, da saúde, como já feito no governo passado. Eu defendi e continuo defendendo que a saúde pode ser pública, tem que ser pública, mas não necessariamente estatal, que nós podemos ter, sim, uma fatia da saúde que seja atendida pela Santa Casa, pelo Divina Providência, pelo Vila Nova, assim como está acontecendo. Infelizmente, tem uma juíza que é contra, que defende que ela seja totalmente estatal, mas a Constituição não diz isso, diz que pode ter uma parte. O que está previsto na legislação é que tem uma parte que tem que ser estatal, mas que também possa ser. Agora, qual é o tamanho disso? Eu acredito que os postos de saúde estão sendo muito bem atendidos, e que nós deveríamos ouvir a população. A população, naqueles postos que hoje são atendidos pelo Divina, pelo Vila Nova e pela Santa Casa, eu tenho certeza de que aquela população vai dizer: “Olha, nós estamos sendo melhor atendidos, nunca fomos tão bem atendidos”. Por quê? Porque o médico, ele só é bom se ele fizer concurso? O médico que não fez concurso não é bom? Não estou dizendo que o médico que fez concurso seja ruim, ele também é bom. Todos os médicos, para mim, que se formaram são bons. Agora, a política de atendimento ao público não necessariamente ela tem que ser estatal. A pessoa que vai ser atendida lá na comunidade, no Mário Quintana ou na Restinga, ela não pergunta para o médico se ele fez concurso público ou não, se o médico atende pelo setor privado ou pelo setor público, a pessoa quer ser atendida, quer ser atendida com agilidade, quer ter um sistema que funcione. Eu acho que o que determina isso, e é o que eu defendo, é que as pessoas tenham um bom atendimento, agora, nós vamos festejar porque um juiz diz que não pode, que tem que fazer concurso público, porque nós temos que aumentar o

Estado? Se nós todos pensássemos igual, Ver. Pedro Ruas, seríamos todos do mesmo partido, seria um partido único. Felizmente não é, nós temos uma quantidade de partidos e cada um procura dentro da sua ideologia, daquilo que acredita, daquilo que defende, e a população nos escolhe pelas nossas defesas, pelas nossas formas de atuar, e nós estamos atuando em cima daquilo que defendemos, não porque o projeto é do vereador A, B ou C, nós votamos de acordo com aquilo que acreditamos.

Eu acredito que o sistema de água em Porto Alegre pode avançar se nós tivermos empresas que assumam algumas tarefas que o DMAE não está conseguindo atender. Infelizmente, nós temos uma quantidade muito grande de falta de água em várias partes da cidade em que o Município não consegue chegar. Nós não conseguimos tratar o esgoto da cidade de Porto Alegre, nós temos uma quantidade muito grande de esgoto que não é tratado, e, pior ainda, esse esgoto é jogado no rio Guaíba e depois o DMAE vai tratar essa água para ir para as torneiras da população. Infelizmente, isso só vai poder avançar, e avançar com agilidade, se nós tivermos empresas privadas que ajudem nesse trabalho.

Portanto, eu sou totalmente favorável, sim, que cada vez mais se diminua o tamanho do Estado e que mais o setor privado possa assumir tarefas de empreendedores para que a gente possa desenvolver, porque eu preciso de água e tratamento de esgoto não é para daqui a 200 anos, 300 anos, eu quero para o ano que vem, para daqui a 5 anos, para daqui a 10 anos. Nós estamos vivendo o agora, nós não vamos viver daqui a 100 anos. A população precisa desse atendimento agora, nós precisamos de moradias dignas para as pessoas. Agora, se essa moradia vai chegar por uma empresa privada, ou é o Estado que vai construir para a pessoa que vai habitar, pouco importa, ela precisa é da garantia do bom atendimento.

Nós precisamos é disso, Ver. Pedro Ruas. Nós todos concordamos que nós queremos atender melhor às pessoas, o nosso fim é o ser humano, é atender à população, agora, o Sr. Pedro Ruas e o Sr. Robaina defendem que o Estado faça tudo isso. Eu não, eu defendo, e muitos de nós vereadores defendemos, que o Estado tem que se preocupar em dar segurança, dar liberdade para as pessoas, porque, ultimamente, infelizmente, o Estado não está conseguindo dar liberdade para as pessoas, está proibindo a liberdade, inclusive, de as pessoas trabalharem e terem dignidade para buscarem o seu sustento. Portanto, essa é uma diferença, por isso vou votar contrariamente ao projeto, não porque é do Ver. Robaina, e sim pelo teor do projeto, que é contra o que eu penso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Quando há divergências, há divergências, os argumentos são apresentados e cada vereador e vereadora vota segundo a sua posição. Isso é lógico. O que eu acho que é ruim, e às vezes ocorre, é

que, ao invés de argumentos, se apela para a desqualificação. Isso não é o melhor para o debate, no debate, o que eu acho que é útil, é a argumentação. Evidentemente, nós temos argumentos diferentes, até porque nós partimos de interesses diferentes, a sociedade se divide também em classes sociais, em diferenças de representação, e eu acho que é lógico na Câmara de Vereadores ter, inclusive, essa representação, sobretudo, de interesses econômicos ligados a grandes empresas, enfim, as grandes empresas têm peso na política, embora os vereadores, em geral, não sejam grandes empresários, eles podem, no máximo, ser políticos que reproduzem esses interesses empresariais. Parte de uma luta que existe hoje, é porque nós temos um sistema onde, infelizmente, tem sido atacado o interesse público quando há, por exemplo, o mecanismo sistemático de tentar reduzir os salários dos servidores públicos, esse mecanismo de tentar reduzir o salário dos servidores públicos responde a uma lógica de fazer um achatamento salarial do conjunto da sociedade, de rebaixar os salários, também, da iniciativa privada, e, para rebaixar os salários da iniciativa privada, é muito útil rebaixar no setor público, para poder padronizar um nível de exploração comum. Há muitas lógicas que explicam por que os governos, infelizmente, atacam tanto o serviço público. Está aí um debate que a gente pode fazer durante muito tempo, e acho que é necessário, quando eu trago o debate agora, especificamente sobre a privatização, eu trago para a gente, justamente, buscar, eu busco convencer os vereadores e vereadoras da minha tese. Qual é a minha tese, essencialmente, nesse projeto? É que levar adiante privatizações em plena pandemia, não permite sequer o debate público. Esse é o sentido. Eu sou contra as privatizações, mas eu acredito que mesmo aqueles que podem defender as privatizações, consideram que para defender a privatização é útil a sociedade debater. Isso é um critério democrático, e ele é útil para que a gente possa também refutar argumentos. O Mauro Pinheiro, por exemplo, diz que o que importa é a saúde ficar boa. Sim, eu concordo, é que com a privatização a saúde piora. Eu concordo que o que importa é a saúde, por exemplo, ficar boa, mas a privatização da saúde tem que piorado a saúde. A privatização, por exemplo, na Atenção Básica, que felizmente levou o Judiciário a dizer que o governo não pode seguir essa política que o Marchezan levou adiante e que o Melo está reproduzindo na Atenção Básica, está piorando a Atenção Básica. No HPS – eu não sei de onde o Mauro tira a ideia de que está melhorando –, eu estou presidindo, como todos sabem, a Frente em Defesa ao HPS, e é unânime no HPS, entre os enfermeiros, os técnicos e os médicos que a terceirização, por exemplo, tendo que colocar o Vila Nova para cuidar da Covid, foi tremendamente temerária, porque o Vila Nova não tem condições, não tem a capacidade e a qualidade técnica dos funcionários do HPS. Então, são discussões que a gente deve levar adiante. O Mauro pensa que a privatização melhora o serviço, e eu acredito que não.

Por último, eu quero reforçar o tema da Carris. O tema da Carris é importante pelo seguinte: o prefeito Melo tem falado em privatização da Carris, mas salvo a minha memória esteja muito enfraquecida, o prefeito Melo não defendeu a privatização da Carris durante a campanha...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Um minuto, vereador, lembrando que o senhor está em período de Pauta, para discutir os projetos que estão na Pauta.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sim, como esse da Carris, sobre a privatização, mas está bem, eu aceito o alerta, e só chamo atenção de que é preciso, sim, haver debate público, haver debate público significa, portanto, haver tempo par fazer esse debate e não fazer votações em plena pandemia, que não cuidem da pandemia e sim tenham outros propósitos. Muito obrigado, Presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Presidente Márcio Bins Ely, demais colegas vereadores e telespectadores da TVCâmara, hoje, dia 12 de abril de 2021, começaram as novas mudanças no nosso Código de Trânsito, e eu vou destacar apenas uma delas: a mudança do tempo de validade da Carteira Nacional de Habilitação. Hoje mesmo, pela parte da manhã, fui realizar os exames pertinentes para renovar a minha carteira de habilitação, a minha carteira para carro, moto, caminhão e ônibus, AD. Fui lá fazer a renovação e tive o prazer de ter a minha carteira renovada por dez anos. Então eu quero parabenizar aqui o governo federal, parabenizar o Presidente Jair Bolsonaro por colocar em prática essa mudança tão importante, afinal de contas por que renovar a CNH de cinco em cinco anos? Agora, não, a renovação agora vai ser por dez anos, isso vai trazer uma economia de valores para as pessoas que necessitam da CNH para o dia a dia ou para o próprio trabalho, acho que é uma informação muito importante para os telespectadores da TVCâmara. Quem tem até 50 anos de idade e renovar a Carteira Nacional de Habilitação a partir de hoje, vai ter a carteira renovada por 10 anos. Entre 50 e 70 anos, permanecem os mesmos 5 anos, e a partir dos 70 anos, de 3 em 3 anos. É uma mudança simples, mas que vale muito a pena no bolso do consumidor. Nós estamos enfrentando tempos difíceis, tempos de pandemia, os comércios fechados, as pessoas perdendo seus empregos e vem essa medida importante do governo Bolsonaro que atenua a dificuldade dos brasileiros, estendendo o tempo de validade da nossa CNH, por dez anos.

Quero aproveitar o tempo também, Presidente, para fazer um comentário oportuno aqui, é uma crítica, mas é uma crítica construtiva. Por muitos anos, fui um telespectador da TVCâmara, da própria TV Assembleia, e muitos dos vereadores que estão aqui hoje eu via no plenário, na tribuna, e, de certa forma, até admirava alguns. E agora, verificando, fazendo um mea-culpa, eu estou decepcionado, às vezes pela prolixidade, ou até, às vezes, por pautas rasas. Sempre a mesma pauta, é bater no governo Melo, é bater no Presidente Jair Bolsonaro. Nós precisamos discutir projetos da cidade de Porto Alegre. Não é porque nós estamos enfrentando uma pandemia que a

cidade vai parar. Nós precisamos ter coragem de olhar para frente, enfrentar os problemas do presente e nos preparar para o nosso futuro. Eu quero parabenizar o Poder Executivo, que está encaminhando projetos importante para a Câmara de Vereadores, para serem debatidos, temas que certamente vão atenuar as dificuldades econômicas que vive a nossa cidade. Porto Alegre não pode parar. É isso aí. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Mauro Pinheiro (PL) (Questão de Ordem): Presidente, gostaria que o diretor legislativo lesse os projetos estão em Pauta. Para deixar bem claro para os demais vereadores, na Pauta estão os projetos que estão iniciando a sua tramitação, não os que estão priorizados para serem votados na pauta do dia. Nós estamos discutindo todos os projetos que estão na pauta da cidade, e não é isso, temos que discutir os projetos que estão no espelho; quando se discute tudo, parece que é um tempo de liderança. Se for assim, se valer para todo mundo, tudo bem, eu vou começar a me inscrever em Pauta. Então, era só isso que eu gostaria, Presidente, que fossem observados os projetos que estão na Pauta.

Outra questão é sobre a nossa reunião das comissões conjuntas, se teremos hoje; se tivermos, teremos que acelerar o processo para dar andamento aos projetos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Mauro Pinheiro, está programada a reunião conjunta das comissões para hoje. E o senhor está correto quanto à sua questão de ordem: os assuntos que devem ser debatidos no período de Pauta dizem respeito aos projetos que estão em 1ª ou 2ª sessão de Pauta. Então, solicito que o nosso diretor legislativo faça a leitura das ementas dos projetos que estão na Pauta de hoje, por solicitação do Ver. Mauro Pinheiro.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das ementas dos projetos em Pauta.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde a todas e todos; em nome do Presidente Márcio, cumprimento também a cidadania de Porto Alegre que nos acompanha e acessa depois, nos anais, os debates e discussões que esta Câmara promove, no desejo de fazer avançar a sociedade porto-alegrense. Contudo, nós percebemos, muitas vezes, que essa ideologização pelo debate vai atravancando o caminho, ela vai colocando travas, ela vai dificultando o avanço do povo trabalhador, no sentido de construir mais dignidade, de alcançar mais dignidade a todos e todos que moram na nossa cidade, fato é que a vacinação foi autorizada lá no início de março, a compra com recurso próprio, e não foi feita, o prefeito não fez, ele não quis fazer – esse é o fato real. E agora a gente está aí vendo, na Pauta do dia, a discussão sobre

priorizações vacinais. E aí eu lhe pergunto como nós vamos escolher entre o A, o B e o C, se sequer as autoridades que têm o dever de fazer a contratualização, comprar, adquirir ou criar os meios para adquirir estão lavando as mãos para a Covid. É real o que acontece em Porto Alegre, o prefeito Melo está fazendo da pandemia um *laissez-faire*. Deixa acontecer, deixa o vírus andar, caminhar, se instalar, e de repente até criar cepas novas na nossa cidade. O combate à pandemia deveria ser feito também pelo governo municipal, não só pela Câmara. A Câmara está bem-intencionada, tentando priorizar o que deve ser priorizado, o combate ao vírus, e a Prefeitura, como eu vi recentemente o prefeito Melo sem máscara tirando cartaz do poste. Não é possível que isso seja priorização do governo municipal! Nós estamos completando cem dias e estamos aqui hoje debatendo como a gente melhora, como a gente avança; a gente está aqui discutindo temas importantíssimos, mas o governo municipal quer privatizar, por isso eu acho fundamental que a cidadania debata a venda ou não do seu patrimônio. Esse patrimônio da cidade, as fundações, as empresas públicas não são do partido A ou B, não são deles! Não é possível um governo eleito pela democracia não dizer claramente na eleição que vai vender, não tiveram coragem para dizer que iam vender a Carris, e agora está pautando a venda da Carris. Isso não é tranquilo para a cidadania e não é honesto, não é honesto com o povo, isso circunscreve estelionato eleitoral, e isso nós não vamos aceitar. Por isso é importante, sim, que se criem mecanismos no Parlamento para que a população de fato possa pelo menos ter um espaço para debater, e na pandemia não está tendo. A maioria da população de Porto Alegre não tem smartphone, não tem acesso à internet, os moradores das periferias não estão tendo nem acesso ao arroz e feijão, porque o governo não quis fazer um auxílio emergencial municipal, que dirá acessar as sessões da Câmara para participar do debate. Eu acho, sim, que os vereadores têm o direito de debater e devem debater, mas por que o medo da democracia participativa, do Orçamento Participativo? Acho que tem que ter coragem e aguardar; quando já estivermos no estágio de derrota do vírus e superação das dificuldades da pandemia, para que o povo de volta possa se reunir nos seus núcleos regionais, debater os assuntos, e aí a população pode dar um indicativo a esta Câmara. Não achar que esta Câmara é superpoderosa, que pode fazer isso, que pode fazer aquilo, e muitas vezes refém do governo municipal. A Câmara de Vereadores não é puxadinho da Prefeitura, e aqui não é cartório. Nós não vamos aceitar e não vamos nos agachar para botar carimbo em projetos que sequer consideram o todo da cidade de Porto Alegre.

Esta é a minha discussão sobre a Pauta de hoje, eu peço democracia acima de tudo, participação, sempre é melhor debater com a população do que achar que nós, 36 vereadores, somos iluminados para decidir a venda do patrimônio da cidade. Acho que temos que aguardar a superação dessa pandemia e se ter um mecanismo para depois podermos discutir privatizações ou não. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Vou falar um pouco sobre o nosso projeto de lei da vacinação dos agentes da segurança pública, da saúde e demais atividades consideradas essenciais. O ideal seria a gente não necessitar desse tipo de projeto, porque o ideal seria nós termos vacina para todos e todas. Na verdade, esses projetos de lei não devem servir somente também para este momento, devem servir para todo sempre. Neste momento, infelizmente, o que a gente viu, como já foi falado aqui diversas vezes, foi uma negativa por parte do governo federal na compra de vacinas, e isso atrasou a vacinação, então se hoje nós estamos discutindo ainda a abertura e o fechamento do comércio, idas ou não a templos de religião, nós temos que dar nome aos bois: quem é o responsável por isso? Jair Messias Bolsonaro. Mas eu não quero falar sobre isso, eu quero explicar, então, qual o objetivo desse projeto de lei.

Os agentes da segurança pública foram esquecidos pelo governo federal quando montou a estratégia de vacinação. Qualquer país minimamente organizado sabe que, numa pandemia, numa situação de crise, nós temos pelo menos duas categorias que são essenciais, na medida em que buscam manter o tecido social hígido, organizado. São os agentes da saúde, e, por óbvio, é uma pandemia, nós precisamos de enfermeiros, de médicos, de técnicos de enfermagem para salvar a população; na mesma medida, os incêndios, os acidentes de trânsito, os homicídios, feminicídios e latrocínios continuam acontecendo na sociedade. Dessa maneira, os agentes da segurança pública que estarão em contato com a população e não podem fazer *home office*, assim como não podem os agentes da saúde, deveriam ter prioridade – assim fizeram o Uruguai, os Estados Unidos e tantos outros países que entendem que isso é uma necessidade, que vacinar os agentes da segurança é uma necessidade. Dentro dos agentes de segurança – importante que fique gravado nas notas taquigráficas da Casa qual o espírito desta lei –, estão agentes focados na FASE, que são os agentes socioeducativos, os peritos, todas as categorias *lato sensu* que trabalham na segurança pública; estão os fiscais de trânsito e tantas outras categorias. E também nesse nosso projeto estão contempladas as atividades essenciais, como os motoristas de ônibus, os professores, caso se considere que a educação é uma atividade essencial e que precise ser presencial; então que se vacinem os professores, as merendeiras, os faxineiros e as faxineiras. E é desta forma que devemos construir: se consideramos que aquela atividade é essencial, essa categoria deve ser vacinada; caso contrário, a gente vai ter que modular quem realmente tem necessidade de estar no trabalho presencial e logo precisa ter prioridade na vacinação, mas quem puder fazer *home office*, assim que tiver vacina possa ser vacinado e ter o contato físico com a população. Eu acredito que isso é meio racional e é importante, então, que a gente saiba que tem uma situação profissional, que é uma vacinação com ênfase no aspecto profissional, e outra vacinação com aspecto em saúde, idade e problemas de saúde – a gente teria que ter essas duas frentes na linha de vacinação.

Essa é a ideia do nosso projeto, eu espero que ele seja aprovado na votação, e eu agradeço a possibilidade de estar aqui dialogando com os colegas mais uma vez. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao diretor Luiz Afonso que proceda à chamada nominal para verificação de quórum para passarmos à Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e seis Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h38min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Estão suspensos os trabalhos para a reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h39min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h39min: Estão reabertos os trabalhos da presente sessão. Cumprida a nossa reunião conjunta das comissões.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Eu queria, na verdade, como nós estamos com esse projeto da Procempa – tendo o pedido de vista ao projeto da Ver.^a Bruna e que foi corretamente concedido –, uma diligência, uma informação do governo com relação à questão da Procempa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diligência o senhor faz por escrito, porque na questão de ordem a diligência não cabe.

Vereador Claudio Janta (SD): Eu queria saber se o pedido de vista ao projeto é de 24 horas. Então o projeto volta para a reunião conjunta das comissões na quarta-feira?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Provavelmente vai ser deliberado assim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, estará em condições de retornar na quarta-feira.

Vereador Claudio Janta (SD): Está bem, obrigado.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 128/21 – (Proc. nº 0359/21 – Vers. Aldacir Oliboni, Leonel Radde e Jonas Reis) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Covid-19 a partir de Recomendações Científicas e de Estudos sobre a Necessidade do *Lockdown*. **(SEI 021.00079/2021-91)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 128/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Márcio, colegas vereadores e colegas vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão. Eu creio que essa é uma das últimas frentes que foram encaminhadas naquele grande bloco que nós tínhamos para votar. Acabamos votando em três blocos, em três sessões e que por apenas uma correção no encaminhamento da ideia, acabou ficando represada e está como uma última alternativa aqui para ser votada. Então, nós estamos pedindo que se abra um debate na Frente Parlamentar que estou requerendo, do enfrentamento ao Covid-19, a partir de recomendações científicas e de estudos sobre a necessidade de *lockdown*. Nós estamos hoje, na verdade, há mais de um ano do primeiro caso de Covid. Quem imaginaria que chegaríamos nesse ponto um ano depois? Com mais de três milhões de pessoas mortas em todo o mundo e mais de 350 mil somente no Brasil. Eu tenho uma enorme preocupação com uma certa dificuldade dos governos em apresentarem um programa ousado e rápido para o combate à Covid, estamos vivendo essa triste situação em que milhões de brasileiros estão perdendo suas vidas. A comunidade científica tem apresentado as suas razões e, de um outro lado, se apresentam questionamentos sobre em que momento se defende um *lockdown*. Nós não estamos aqui votando a favor do *lockdown*, nós estamos aqui votando para que a Câmara dê uma oportunidade, um espaço, como foi dado lá para a Frente Parlamentar – outras bem diversas –, como foi o caso da Ver.^a Mônica que estuda a viabilidade ou não dos benefícios do tratamento precoce, o qual nós temos posição contrária, mas foi dada a oportunidade para a Ver.^a Mônica criar esse debate. Nós sabemos que é muito importante a gente ouvir não só a comunidade científica como todo o segmento da sociedade, porque há uma certa confusão entre os próprios governos, aqui no Estado do Rio Grande do Sul não é diferente: quando estávamos na bandeira vermelha e foi para a bandeira preta, o governo municipal queria adotar um sistema e o governo estadual

outro. A frente parlamentar debate uma situação daquele momento ou daqueles dias e recomenda, ela não tem função de projeto de lei nem de impedimento à ação governamental seja do Município, do Estado ou da União. Eu queria aqui pedir a sensibilidade dos colegas vereadores, sem nenhum contratempo, para que nos deem a oportunidade de abrir esse debate junto com as pessoas, junto com os segmentos que cobram da Câmara um posicionamento e querem debater o assunto. Ultimamente, nós vivemos um momento difícil em que o sistema estava colapsado, as pessoas procuravam atendimento e não havia, as pessoas procuravam vagas nos hospitais e não havia, e nós perdemos, como foi a notícia de ontem para hoje, mais de quatro mil pessoas que perderam suas vidas porque não conseguiram uma vaga hospitalar. Mais de 1.200 cidades brasileiras, no geral, estavam com dificuldade, de sexta para sábado, de ter os medicamentos para a intubação. Então, acho que o debate é profícuo, nós estamos vivendo isso e o Parlamento tem que debater. É o Legislativo, portanto, as iniciativas, ao meu ver, são todas válidas para o debate. Sabendo que as frentes parlamentares, neste ano, tomaram uma repercussão enorme, claro, em tempo de Covid, é o espaço de debate. Portanto, peço a compreensão dos colegas vereadores e das colegas vereadoras. Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 128/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente, eu uso este espaço da oposição para colocar exatamente a necessidade que temos de esclarecer os limites necessários de um distanciamento social. Eu – a Ver.^a Mônica Leal sabe disso, por quem eu tenho profundo respeito e admiração – discuto, sim, o mérito das frentes, eu discuto o mérito. É uma posição minha, não quero impor a ninguém. E, nessa questão, eu acho que nós temos que verificar, sim, o que o isolamento, o que o distanciamento, o que o *lockdown*, que seria, digamos, o isolamento e o distanciamento em nível mais absoluto, pode realmente fazer diferença na análise de cientistas que verificam quase que diariamente, muitas vezes mais de uma vez por dia, o que ocorre no mundo todo onde essas medidas são tomadas. Nós sabemos que a Inglaterra teve benefícios extraordinários com isso, pelo menos eu sei disso, não sei de outros países, mas certamente os vereadores e vereadoras conhecem outros, e sei que é uma recomendação geral da OMS, não o *lockdown* exatamente, mas o isolamento e o distanciamento que nós temos de ver caso a caso, talvez o *lockdown*. Por isso, nós precisamos ouvir autoridades, ouvir especialistas, ouvir quem conhece o tema profundamente, porque, de fato, se baseiam exclusivamente na ciência, naquilo que é mundialmente comprovadamente reconhecido. Então, voto a favor e elogio os autores pela proposta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 128/21.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, obrigada pela oportunidade de estar me manifestando aqui, Presidente Márcio. Eu gostaria de pontuar aqui que trazer o tema de *lockdown* traz também a questão da violação da liberdade humana. Em nossos tempos agora, eu acho importantíssimo, ao trazer uma frente parlamentar que tende a trabalhar em cima do tema da liberdade humana, que nada mais compete ao *lockdown*, uma vez que nós já temos, diante de uma doença tão grave, protocolos; nós já sabemos como lidar com ela, nós precisamos trabalhar em cima de uma perspectiva de quanto nós podemos violar a liberdade humana. E gostaria de finalizar a minha fala em cima do pensamento de Benjamim Franklin: “Aqueles que abrem mão da liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança”. Então, colegas vereadores, acredito que a frente parlamentar é um ato democrático, mas compete a nós também sermos cientes de que abrir uma frente parlamentar que vai falar sobre o *lockdown*, nós vamos estamos falando da violação do direito individual de liberdade. Obrigada, Presidente, me coloco à disposição também para os outros colegas se manifestarem com relação a esse o assunto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 128/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Presidente, colegas vereadores, venho na mesma linha de pensamento da Ver.^a Mari Pimentel, eu poderia até assinar embaixo do que ela falou. Uma frente parlamentar que quer estudar a necessidade de *lockdown*, tirando totalmente a liberdade das pessoas de irem e vir, poderem estar dispostas a fazer ou não o *lockdown*, tirando totalmente a liberdade das pessoas decidirem sobre suas vidas, sobre os seus trabalhos, com certeza, não terá a minha aquiescência. Então, agradeço. Só queria registrar isso, apesar de entender que as frentes parlamentares são importantes é decisão de cada um dos vereadores trabalhar, acredito que tenhamos de fazer uma frente parlamentar que fale de liberdade, porque chega de privações. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o Requerimento nº 128/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 13 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu votei “não” porque é muita confusão: *lockdown*, vamos trabalhar, estamos recebendo em casa e estamos passando vergonha, deveríamos estar trabalhando. Recebendo e todo mundo em casa, onde já se viu isso? O desempregado, pobrezinho, vai trabalhar aonde? Como vai ter salário?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Como eu sempre digo, acho que quem define o tema que quer discutir na frente parlamentar é o autor. Sempre votei favorável a toda e qualquer frente parlamentar para que ela possa ser discutida, rejeitada ou aprovada dentro dos termos da Casa, por isso votei “sim”.

Vereador Claudio Janta (SD): Eu acredito que nós estamos dizendo que um médico não pode dar medicação para o seu paciente que ele escolher, não pode dar o paracetamol, uma ivermectina, e queremos decidir o *lockdown* na cidade de Porto Alegre! Eu votei “não”.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): *Lockdown* não, chega, vamos trabalhar! Votei “não”.

Vereadora Mônica Leal (PP): Como eu falei ao Ver. Oliboni, eu achei muito estranho ser anunciado o requerimento da constituição de uma frente parlamentar de enfrentamento à Covid-19 a partir de recomendações científicas e de estudo sobre a necessidade do *lockdown*. Eu sou completamente contra o fechamento de tudo, eu votei “não”.

Vereador Pablo Melo (MDB): Sou a favor pelo trabalho com todos os protocolos, todas as responsabilidades, não ao *lockdown*, por isso votei “não”.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): O projeto é altamente meritório, votei “sim”.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): O que está acontecendo é o seguinte: estamos usando o expediente de criação de frentes parlamentares quase que de forma plebicitária para dizer se é a favor ou contra a determinada pauta e assim invoca o seu eleitorado. Recentemente também a gente viu aquela outra frente parlamentar sobre os estudos dos possíveis benefícios de medicamentos para tratamento precoce. Depois a imprensa fez um auê, parece que quem votou a favor era a favor do tratamento precoce, e muita gente ali inclusive não era a favor nem ao estudo do tratamento precoce e acabou votando naquela frente parlamentar e levou junto o seu eleitorado. Eu que sou a favor do estudo ao tratamento precoce também levei chumbo porque tem parcela da população que acha uma grande perda de tempo de a Câmara de Vereadores ficar fazendo esse tipo de discussão. E da mesma forma agora, certamente o Ver. Leonel Radde aqui sinaliza para o seu público, e essa frente parlamentar duvido que vá acabar se reunindo e realmente fazendo alguma coisa boa para a cidade. Então, pelo mau uso

desse expediente das frentes parlamentares, eu votei “ não” e também obviamente sou contrário ao *lockdown*, é quase que um plebiscitário, como eu disse antes, sou contrário ao *lockdown*, sou contrário à frente parlamentar.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Como diversos vereadores já colocaram, diante do uso político para discutir tipo de frente, em vez de falar sobre conteúdo, eu votei “não” a essa frente parlamentar, embora eu ache que a gente está indo para um caminho muito ruim sobre discussões de frentes parlamentares aqui na Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 126/21 – (Proc. Nº 0349/21 – Ver^a Mônica Leal) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “às declarações do ex-deputado federal Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, por racismo e antissemitismo”. **(SEI 038.00028/2021-52)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 126/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Essa moção de repúdio da Ver.^a Mônica Leal é muito relevante porque nós não podemos aceitar que alguém que já foi parlamentar, que é presidente de um partido político da envergadura que é o PTB, possa, indiscriminadamente, continuar cometendo crimes ininterruptos neste País. Réu confesso, depois sai da prisão, tendo confessado os seus crimes, sua filha inclusive é presa, e ele segue propagando o discurso de ódio, propagando discursos racistas e graves. Ameaçou policiais, guardas municipais, fez pedidos para a formação de milícias, indicou para que pessoas agredissem agentes da segurança pública – isso é surreal, isso não pode ser aceito. E, para fechar com chave de ouro, temos, então, esse grave caso de racismo. Praticou homofobia contra o governador do Estado, fez discursos violentos contra o governador do Estado e felizmente está sendo processado também pelo Eduardo Leite. É inadmissível que, em pleno século XXI, tenhamos esse tipo de postura de qualquer político, de qualquer cidadão na verdade, não só de político. Parabenizo a Ver.^a Mônica Leal pela iniciativa e me solidarizo a toda a comunidade judaica, nós temos que combater o neonazismo, o fascismo, o racismo em todos os espaços e onde quer que ocorram. Não é porque é só uma postagem no Twitter, não é porque é só uma lacrada no WhatsApp que a gente não deva levar essas posições a sério. Nós temos que combater em todos os espaços o tempo todo, e não basta não ser racista, temos que ser antirracistas, como diz Angela Davis. E há uma velha máxima: quando dez pessoas estão numa mesa, um nazista se senta nessa mesa e as dez pessoas não se levantam, não temos mais só um nazista, temos onze nazistas sentados à mesa.

Então, na democracia, a luta antirracista deve estar acima de ideologias, de partidos políticos, de predileções ideológicas. Deve ser uma luta de rodos e de todas, independente do seu campo ideológico, independente da sua origem étnica, isso deve ser intrínseco a uma sociedade humana, a uma sociedade democrática e não se pode tolerar esse tipo de fala racista, esse tipo de postagem racista, que vincula judeus a homicídios, a infanticídios, fazendo vinculações bíblicas. É um absurdo abjeto a postagem do Roberto Jefferson! Que vem, dia após dia, tensionando a política nacional, fazendo um grande estrago na política regional, aqui, a gente tem toda essa situação com a bancada, que ele fez, sendo violento, agressivo, instigando crimes, instigando formação de milícias, atacando guardas municipais e policiais, que estão colocando a sua vida em risco para cumprir normas sanitárias necessárias. Deixo aqui também o meu repúdio às atitudes do Roberto Jefferson, esse réu confesso, esse criminoso e parabeno a Ver.^a Mônica Leal pela iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 126/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Eu quero aqui dizer que fiquei absolutamente chocada com o absurdo que foi a postagem do Roberto Jefferson, dizendo que os judeus faziam sacrifícios de crianças para o deus Baal, sendo que isso mostra que ele nem sequer estudou História Antiga, porque Baal é um deus cultuado pelos fenícios e é um disparate absoluto e surreal que isso esteja sendo comentado na política nacional, que não importa, para mim, nada do que o Roberto Jefferson já tenha feito que possa, um dia, ter sido relevante na política nacional, como entregar todas as falcatruas do Lula, na época do PT, porque falar uma coisa dessas é algo que não tem nenhuma justificativa. Então, a moção de repúdio da Ver.^a Mônica Leal vem em um momento muito bom, ela é corretíssima e tem o meu total apoio.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 126/21, como autora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Essa moção de repúdio é às declarações do ex-deputado federal Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, por racismo e antissemitismo, em uma publicação no Instagram, ele escreveu que os judeus sacrificavam crianças para receber simpatia de um demônio e que hoje a história se repete. Ora, é completamente descabido, nós não podemos admitir que nos tempos atuais ainda nos deparemos com antissemitismo, principalmente desse tipo bárbaro e medieval, baseado em inverdades. Então, eu solicito a todos os vereadores, colegas, e

aqui represento a comunidade judaica, que votem a favor desta moção de repúdio. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 126/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Quero saudar e parabenizar a Ver.^a Mônica Leal e falar que realmente a gente precisa se posicionar contra todas essas forma horrendas de opressão, principalmente no que se refere à lgbtphobia, e aqui me posiciono como a única vereadora lésbica assumidamente neste lugar, porque é impossível que a gente tolere esse tipo de comportamento vindo de alguém com a expressão desse político. É necessário que a gente tenha formas reais de enfrentamento, porque a morte iminente vem a partir do momento em que nós nos colocamos à disposição, sem sequer nos posicionarmos contra esses atos absurdos, abjetos.

Então, aqui, vereadora, todo o nosso apoio, enquanto bancada do PCdoB. E acho que é necessário que façamos esse movimento todas as vezes que se levantarem dessa forma contra nós.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 126/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o que fez Roberto Jefferson foi gravíssimo. São crimes. E eu quero salientar que ele não tem nenhum tipo de imunidade parlamentar ou inviolabilidade com relação às suas opiniões, ele já está sendo processado pelo MP gaúcho, ele atacou o MP também. Disse bem o Ver. Leonel Radde, ele tem episódios de homofobia em relação ao governador do Estado, ele fez todo o tipo de ataque criminoso que um ser humano pode fazer. E eu acho que anda muito bem a Ver.^a Mônica Leal, historicamente uma representante da comunidade judaica de Porto Alegre, ao fazer essa proposta – corajosa, correta, necessária. E eu acho – peço – que deveria haver unanimidade nesta Casa na votação afirmativa, no voto “sim” para a aprovação da proposta da Ver.^a Mônica Leal. Esse é o meu pedido, é o meu encaminhamento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 126/21.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Rapidamente, Presidente. Apenas para dizer que me sinto muito contemplado com o que o Ver. Pedro Ruas disse agora, no final da sua fala, sobre a questão de que seria um belíssimo exemplo ter a unanimidade. Já falei à proponente, Ver.^a Mônica Leal, que nós, da bancada do PSDB, estamos acompanhando o MP nessa questão da denúncia, e os crimes e a responsabilização desse ser chamado “Roberto Jefferson”, por tudo que ele dissemina, que são realmente atitudes desprezíveis contra a humanidade, e o seu teor dispensa que gastemos mais tempo nisso. A bancada do PSDB se sente muito contemplada com a moção e seremos totalmente favoráveis e sairá barato, Presidente. Essa moção poderia incluir muitas outras ofensas que esse ser pronunciou nos últimos tempos. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 126/21.

VEREADPR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Vou ser bastante breve. A manifestação do Roberto Jefferson é inaceitável, absurda, hedionda e por isso eu saúdo a iniciativa da Ver.^a Mônica Leal de colocar essa moção de repúdio. Aliás, nós não podemos tolerar, assim como vários outros vereadores já colocaram, esse tipo de postura nos tempos atuais, é extremamente inoportuno. Já houve manifestação de repúdio por diversas entidades, em especial às entidades ligadas à religião judaica Brasil afora, e a Câmara engrandece o combate a esse tipo de postura ao aprovar uma moção como essa da Ver.^a Mônica. Então o NOVO encaminha voto “sim” a essa moção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apenas a título de esclarecimento, diretor, estou com as inscrições do Ver. Ramiro Rosário e da Ver.^a Reginete Bispo, entretanto, pelo PSDB já encaminhou o Ver. Moisés, e pelo PT o Ver. Leonel Radde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Deixa só eu verificar aqui, presidente. (Pausa.) De fato, já encaminharam. Na verdade, para esclarecer, no encaminhamento das votações podem encaminhar o autor da proposição e pode encaminhar um por bancada; admite-se ainda um encaminhamento pela oposição e um pelo governo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Mônica Leal, o Requerimento nº 126/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Retumbante “sim”.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Tem silêncio que é ensurdecedor!
Votei “sim”.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 123/21 – (Proc. Nº 0336/21 – Ver^{as} Reginete Bispo, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Daiana Santos e Ver. Matheus Gomes) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “ao escritor Jeferson Tenório na defesa de seus direitos de liberdade de expressão e pensamento”. **(SEI 230.00001/2021-29)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 123/21. (Pausa.) A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde vereadoras e vereadores, colegas da bancada negra que junto comigo propuseram esta moção de solidariedade ao grande escritor carioca radicado em Porto Alegre há muito tempo, Jeferson Tenório, escritor, colunista da Zero Hora e patrono da Feira do Livro de 2020, um escritor negro que tem se destacado nacional e internacionalmente pela sua produção literária. São tempos difíceis, a gente acaba de aprovar uma moção de repúdio da autoria da Ver.^a Mônica Leal contra atos de discriminação racial e religiosa. E é importante dizer que atacar um escritor negro referência como é Jeferson Tenório para todos nós, cuja literatura está à altura dos grandes escritores gaúchos e nacionais, é descabido, porque escreveu um artigo se referindo ao grande educador e pedagogo Paulo Freire, autor de uma produção literária enorme que trata da pedagogia, sobretudo, da pedagogia da libertação, e também do comentário que ele fez sobre o ex-presidente Lula, quando ele fez um discurso à Nação. Então, o escritor Jeferson Tenório disse: “Falem o que quiserem do Lula, mas ele é um dos melhores oradores que tem”. Em função desse pronunciamento, dessa escrita do Jeferson Tenório, ele sofreu muitos ataques nas redes sociais, e a gente entende que por ser quem é o Jeferson Tenório, escritor negro que tem produzido uma literatura que nos serve de orientação, inclusive, por ser antirracista, trazendo toda a realidade do que tem sido a história do negro neste Brasil, uma produção literária inclusive reconhecida e premiada. Quero dizer que houve muitas manifestações de muitos escritores gaúchos, como por exemplo, todos ex-patronos da Feira do Livro, entre eles, Luis Fernando Verissimo, Ruy Carlos Ostermann, Luiz Coronel, Luís Augusto Fischer, manifestando-se contrariamente a esses ataques que foram feitos ao escritor negro Jeferson Tenório. Então, esta Casa, como a Casa do Povo, uma casa comprometida com a liberdade e, sobretudo, com a liberdade de expressão, nós apresentamos esta moção de apoio e solidariedade ao

escritor, colunista, ex-patrono da Feira do Livro, Jeferson Tenório. Eu peço o apoio e a solidariedade de todas as vereadoras e de todos os vereadores desta Casa para que isso também sirva de exemplo, que isso nunca mais aconteça, tolher a liberdade de expressão de um escritor negro num momento em que nós estamos empenhados em enfrentar as manifestações racistas, fascistas, que estão naturalizadas nas redes sociais do nosso País, infelizmente, e onde a gente verifica um aumento enorme das violências raciais, das violências contra determinadas formas de pensamento. E nós defendemos a liberdade de expressão de todos e todas, desde que não atinja e não agrida a dignidade humana de cada um, de cada uma. Nesse sentido nós pedimos o apoio e a solidariedade de todos os vereadores e de todas as vereadoras. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 123/21, como coautor.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente, quero cumprimentar a todas as vereadoras e a todos os vereadores, essa é mais uma moção que nós deveríamos aprovar por unanimidade, fazendo com que a Câmara Municipal de Porto Alegre se some ao Conselho de Patronos da Feira do Livro, à própria Feira do Livro, à União Brasileira de Escritores, à Editora Companhia das Letras, e a tantos outros setores da sociedade civil que se manifestaram em solidariedade ao Jeferson Tenório, atual patrono da Feira do Livro, um patrimônio da cidade de Porto Alegre. Ele também é o primeiro patrono negro da Feira do Livro, um reconhecimento muito importante, ainda que tardio, à grandeza da literatura negra do nosso País. A obra do Jeferson Tenório, o seu conjunto de romances publicados nos últimos anos, tem impactado não só a crítica literária, mas a todas e a todos que leem seus livros. O ato de escrever é indissociável da liberdade de expressão. Àqueles que tentam ser inimigos da liberdade, nós não podemos dar nenhuma liberdade. Essa é uma das grandes questões colocadas para nós neste momento. A produção intelectual não pode ser cerceada, tampouco a liberdade de expressar opiniões políticas, isso é muito importante. A moção que nós estamos apresentando aqui é, acima de tudo, uma defesa da liberdade de expressão, do pensamento, da produção intelectual e do posicionamento político, que foi o que o Jeferson fez na sua coluna no jornal Zero Hora. Isso nos trouxe uma preocupação muito grande, que ele tenha sido alvo de ameaças, tenha sido alvo de intimidações através de *e-mails*, através de mensagens nas redes sociais, esse é um método complicado. Nesse sentido, cabe até olhar as discussões que levantaram esses fatos lamentáveis. O Jeferson falou sobre o discurso de Lula, expressou uma opinião; o Jeferson, como escritor, inclusive, outro grande literário do Rio Grande do Sul, Luiz Maurício Azevedo, interpreta O Beijo na Parede, o romance de estreia do Jeferson Tenório, em 2013, como uma crítica ao ciclo dos governos Lula-petistas. É possível, a literatura tem dessas coisas, ela pode nos abrir a cabeça para diferentes interpretações, e foi isso que o Jeferson sempre fez durante a sua obra. Paulo Freire, bom, podemos

criticar também, mas fiquemos dentro das diferentes opiniões possíveis de serem expressas à sua obra. É isso que nós pensamos em um mundo, um País em que existem liberdades democráticas, certo? E é por isso que nós temos, sim, que nos manifestar em solidariedade a esse escritor e a toda a comunidade do livro na nossa cidade, que espera esse posicionamento da Câmara de Vereadores em defesa da liberdade de expressão. Nós não precisamos concordar com as opiniões que o Jeferson escreve em seus artigos, ou a forma como ele desenvolve a sua trajetória literária, não é isso que está em questão, nós temos, sim, que defender uma perspectiva de liberdade democrática, uma perspectiva de possibilidade de a gente expressar as nossas opiniões políticas, certo? E ter também o direito de elas serem criticadas, de a gente rebater as nossas críticas, mas dentro do campo de defesa da democracia, da civilidade, da humanidade, e é isso que nós estamos propondo com esta moção. Agradeço a todas e a todos, e espero que a gente consiga votar e fazer esse gesto ao atual patrono da Feira do Livro, Jeferson Tenório.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Alexandre Bobadra (PSL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Dezoito Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores presentes.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu quero fazer um registro importante. Eu acho que muitos vereadores e vereadoras não queriam esta votação, e a tática de pedir verificação de quórum é permitida regimentalmente, e tirar o quórum também. Mas, como disse o Ver. Ramiro Rosário na votação anterior a esta: “Houve silêncios ensurdecedores”. Um dos vereadores que não votou foi o Ver. Bobadra, e justamente ele pede a verificação de quórum, poderia ser qualquer outro, qualquer outra a pedir verificação de quórum, qualquer um, qualquer uma poderia pedir, mas não o Ver. Bobadra, que não votou no projeto anterior. Este é um registro importante para as pessoas verificarem como se trabalha nesta Casa. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Constatada a inexistência de quórum deliberativo, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h41min.)

* * * * *